

ANTONIO ROBERTO BERTELLI

## *A singularidade do austromarxismo*

INSTITUTO ASTROJILDO PEREIRA  
INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIAIS  
E TECNOLÓGICAS

## 1. INTRÓITO\*

“Demos ao socialismo reformista a grande obra da Viena vermelha; e ao socialismo revolucionário o ato heróico da insurreição de fevereiro em defesa da República.” Com esta frase lapidar, inserida em sua última grande obra de 1936, *Zwischen zwei Weltkriegen?* (Entre duas guerras mundiais?), escrita no exílio em Bretislávia,<sup>1</sup> Otto Bauer nos oferece uma clara definição para mostrar sintomaticamente qual fora a trajetória política que caracterizou a social-democracia austríaca durante todo o período em que o Partido Social-Democrata da Áustria esteve sob sua inquestionável liderança, buscando situar-se como uma terceira via “entre bolchevismo e social-democracia”.

Na verdade, na frase emblemática o notável pensador e dirigente político austromarxista resumia de forma genial não somente qual fora o destino do grande movimento que marcou de maneira tão profunda não só exclusivamente a vida política da “pequena Áustria”, mas também todo o pensamento marxista e o movimento social-democrata “entre as duas guerras”. Todavia, inadvertidamente, fazia, da mesma forma, um relato de sua trajetória pessoal, de grande teórico marxista e hábil dirigente político, mais tarde retratado por Otto Leichter num livro a que deu o significativo título de *Otto Bauer. Tragödie oder Triumph*.

Entretanto, embora terminando numa tragédia em meio a uma vicissitude geral ainda maior, o movimento austromarxista, a partir do final dos anos cinquenta, começa a ser resgatado e analisado pelos meios marxistas europeus, revelando-se então a grandeza e a originalidade que trouxera consigo — para o que Otto Bauer foi, sem a menor dúvida, o maior responsável —, aparecendo assim triunfante, na medida em que, desde então, as singulares análises que ofereceu para os mais diferentes e complexos problemas vividos pelo socialismo puderam então ser levadas em conta, revelando-se uma rica e particular experiência de renovação do marxismo.

Antes de transcrever a emblemática frase de Bauer, Giacomo Marramao a precede imediatamente pelas seguintes considerações:

A insurreição de fevereiro de 1934, na qual se assistiu à resistência operária contra o exército, levada à extrema defesa das “fortalezas vermelhas” vienenses, foi um gesto — mais do que heróico — desesperado: o último ato de um grande movimento que, partindo da exigência de superar as unilateralidades opostas do “doutrinarismo comunista” e do “doutrinarismo social-democrata”, terminara por reproduzir os erros de ambos, como uma dramática oscilação, cuja mais lúcida e lapidar confirmação nos vem precisamente do juízo retrospectivo formulado por Bauer em *Zwischen zwei Weltkriegen?*<sup>2</sup>

Contudo, apesar do severo juízo, que poderia parecer aos menos avisados que Marramao desqualifica o “grande movimento” por sua derrota definitiva nas ruas da “Viena vermelha”, esmagado pelas forças reacionárias da burguesia austríaca, cabe exatamente a ele, entre os diversos marxistas italianos envolvidos no resgate e no estudo do austromarxismo, a autoria de um dos mais importantes e belos ensaios a seu respeito, precisamente o longo e minucioso trabalho “Saggio intro-

\* Este trabalho é parte condensada de um estudo sobre o austromarxismo, em elaboração.

duttivo” que abre o livro *Austromarxismo e socialismo di sinistra fra le due guerre*, no qual é feita uma ampla e fundamental análise desse “grande movimento”.<sup>3</sup>

Todavia, é preciso ainda situar a questão, na medida em que Marramao nos aponta a oscilação do austromarxismo entre os dois doutrinanismos. Devemos, pois, levar em conta precisamente essa postura de “alternativa” ou de “terceira via” que Bauer apontava em seu livro acima mencionado — na verdade sua última obra, na qual fazia exatamente um balanço de toda a trajetória da social-democracia austríaca e, mais que isso, buscava analisar as causas de sua derrota — para determinar a primeira grande diferenciação que caracterizou o austromarxismo nesse período e fundamentar uma das suas mais sintomáticas singularidades.<sup>4</sup> E ela aparece clara e de corpo inteiro na seguinte passagem tomada da mesma obra de Bauer:

Não devemos contrapor ao doutrinamento comunista, por um lado, e ao doutrinamento democrático, por outro, a democracia e a ditadura do proletariado como dois opostos inconciliáveis entre si [...] A cisão da classe operária a partir de 1917 teve a seguinte consequência: que a democracia e a ditadura do proletariado foram contrapostas uma à outra. Hoje, temos de superar dialeticamente essa contraposição [...] O socialismo democrático ocidental é o herdeiro das lutas pela conquista da liberdade espiritual e política. O socialismo revolucionário oriental é o herdeiro das revoluções para obter a libertação econômica e social. Trata-se de reunificar o que os eventos dividiram. Neste período de luta contra o fascismo, precisamos de um socialismo alimentado pelo grande *pathos* da luta pela liberdade [...] Mas, num período de gravíssimos abalos da sociedade capitalista, um socialismo plenamente consciente do insubstituível valor cultural da liberdade deve fundir essa consciência com a velha idéia socialista segundo a qual somente a transformação revolucionária da sociedade, apenas a sua emancipação do capitalismo, que só pode ser realizada mediante uma ditadura temporária, poderá garantir o grande patrimônio cultural que nos foi legado pela burguesia contra a reação fascista, entregá-lo a todo o povo, liberá-lo dos limites burgueses e, somente assim, completá-lo, transformando-o numa realidade plena para todo o povo.<sup>5</sup>

Verifica-se que Bauer procurava sintetizar com estas palavras o fato de que os dois movimentos divergentes que caracterizavam a vida e o desenvolvimento do movimento operário e do pensamento marxista após a Primeira Guerra Mundial, depois da Revolução Bolchevique de 1917, ou seja, como acentua Marramao, o “doutrinamento comunista”, de uma parte, e o “doutrinamento social-democrata”, de outra, não poderiam, separados, enfrentar a reação fascista em plena ascensão e realizar a derrubada do capitalismo e a instauração do socialismo.

Todavia, salientando ainda mais o título que Bauer deu à sua obra, ao fim do qual coloca o sinal de interrogação: *Entre duas guerras?* — ele a terminara e a editara em 1936, dois anos antes, portanto, da eclosão dos primeiros confrontos que levariam à Segunda Guerra Mundial — como já mencionamos, pode-se verificar a grande intuição histórica que balizava suas terríveis e emotivas reflexões de derrotado político, pois na verdade o movimento fascista não pôde ser enfrentado e a Segunda Guerra Mundial eclodiu de fato, levando à catástrofe que todos conhecemos.

Porém, as reflexões de Bauer também mostram considerações que resumem as permanentes e frustradas tentativas que, desde 1917, caracterizavam o sentido de unidade tentado pela social-democracia austríaca para superar a divisão entre

bolchevismo e social-democracia, reafirmadas e buscadas pelo partido austríaco sob sua liderança e de Friedrich Adler, após a vitória nazista na Alemanha, em 1933, e na Áustria, depois de 1934.<sup>6</sup> Se essa é uma problemática que veremos mais à frente, como parte de nossas reflexões em torno da singularidade do austromarxismo, não podemos deixar de fazer aqui algumas colocações acerca da fundamentação teórica que levava Bauer, e com ele o Partido Social-Democrata da Áustria, a manter e a defender posições tão divergentes e opostas em relação tanto ao bolchevismo quanto ao pensamento social-democrata majoritário, sobretudo alemão. Fundamentação teórica que, por sua diferenciação, caracterizava a mais profunda e distinta originalidade do austromarxismo: ou seja, o tipo de marxismo teórico adotado pela social-democracia austríaca, ou, mais delimitadamente, pela corrente que passou a ser denominada de austromarxismo.

Num dos momentos mais ricos e inovadores vividos pelo austromarxismo, já em plena república austríaca, com Otto Bauer à frente do partido austríaco e este como uma das forças políticas mais fortes na vida política da Áustria, ao lado dos cristãos-sociais, ele, em sua polêmica com Hans Kelsen, o eminente e respeitado jurista austríaco e um dos mais constantes e fecundos interlocutores do austromarxismo, em 1922, afirmou:

A crítica corrente de Marx conhece somente este marxismo vulgar e é portanto ele que constitui o objeto de sua crítica. O procedimento de Kelsen é um típico exemplo; Kelsen sabe de Marx exatamente isto, só o que o marxismo vulgar sabe: que Marx representou o Estado como organização de domínio da burguesia. Das múltiplas modificações deste axioma geral Kelsen nada sabe, ou, pelo menos, não o leva em consideração. E apenas se depara, como no nosso caso, com uma destas modificações, a considera um abandono de Marx, alguma coisa de inconciliável com Marx.<sup>7</sup>

Explicitando a crítica de Bauer a Kelsen, e sobretudo a denúncia que fizera a respeito do *Vulgärmarxismus*, Marramao assim coloca a questão:

Segundo Bauer, a razão pela qual Kelsen tomou a sua visão como qualitativamente diversa e incompatível com a de Marx deve ser procurada no fato que ele baseia sua crítica a Marx na vulgata que vem se afirmando no movimento operário devido à necessidade prática de transmitir às massas em luta os princípios gerais e, por assim dizer, o esqueleto do materialismo histórico, que produziu, contudo, com o tempo, um "marxismo vulgar" (*Vulgärmarxismus*), que "do sistema marxiano [...] conhece somente os axiomas mais gerais e os enfoques analíticos mais elementares", os quais, "extrapolados do seu contexto histórico-sistemático", aparecem por isto "amontoados" e "dogmatizados".<sup>8</sup>

As citações servem para nos introduzir naquilo que se refere ao conteúdo dos problemas aqui discutidos, e, ao mesmo tempo, salientar a importância das temáticas que neles são enfocadas, e definem precisamente a base teórica que fundamenta o marxismo de Bauer e dos demais austromarxistas.

Todavia, o seu sentido coloca ainda a necessidade de algumas reflexões que estão diretamente relacionadas com uma temática ainda mais ampla, particularmente num momento como o que vivemos, quando o último decreto da "morte do marxismo" pode levar a que os prováveis interessados numa análise deste tipo se sintam desmotivados para perder tempo com a leitura de textos que expressam

considerações acerca de um pensamento que está “tão fora de moda”, “superado pela derrota definitiva do comunismo”.

Segundo creio, o decreto da “morte do marxismo” e de outras “mortes”, mais recentemente, depois da derrocada catastrófica do mundo do “socialismo real”, apresenta o resultado de duas linhas distintas de ações e reações que podem ser caracterizadas como sendo uma de caráter exógeno ao marxismo, ou seja, das correntes teóricas que se colocam no campo dos adversários do marxismo ou, se quisermos, do “pensamento burguês”; e uma outra, endógena, precisamente advinda das correntes marxistas, a partir da dificuldade e incapacidade existentes no seu interior para não somente aprofundar mas para refundamentar o marxismo diante do avanço da história e do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, é fruto da esclerose a que foram condenadas exatamente pelo *Vulgärmarxismus* denunciado por Bauer, como acima se mostra.

Em última instância, o decreto da “morte do marxismo” seria irrelevante e desprezível, já que foi repetido *n* vezes na história, mostrando-se inócuo. Todavia, as razões que levam a que possa existir e se repetir e, além disto, ter ainda efeitos de provocar as reações que presenciamos, sobretudo na intelectualidade e nos meios científicos, é que devem nos preocupar.

Assim, é preciso fazer uma anotação que é extremamente necessária e esclarecedora. Evidentemente que a denúncia de Bauer, feita nos primeiros anos da década de 1920, referia-se ao conjunto de análises e elaborações que decorria de formas de *Vulgärmarxismus*: de uma parte, da vulgata proveniente do marxismo da Segunda Internacional, especialmente daquele marxismo “oficial” decorrente sobretudo das análises kautskianas;<sup>9</sup> mas, de outra, poderia certamente se referir à nascente vulgata bolchevique, que, surgindo a partir das brilhantes e consistentes análises de Lênin, realizadas em termos de se opor ao rumo tomado pelo marxismo de Kautsky (especialmente depois da guerra, quando aparece o “renegado Kautský”) estava se transformando, devido ao desenvolvimento promovido pelos diferentes dirigentes bolcheviques russos, de uma instigante e rica alternativa à versão naturalista e pobre do marxismo kautskiano (como tal, da Segunda Internacional), numa caricatura teórica tão (ou até mesmo mais) pobre como a vulgata que pretendia substituir.

Em tal sentido, poderia se alegar que minhas considerações até aqui nada apresentam de novidade e muito menos de originalidade, já que foram desenvolvidas em outros tempos e em outras partes e constituem a matéria preferencial dos críticos do marxismo, exógenos ou endógenos, que ao longo do tempo se preocuparam com as mesmas questões que abordo. Entretanto, embora tenham tal caráter de repetitividade, não perderam o significado e não foram superadas as razões de sua permanência. Na prática, manifestam ou refletem o fato de que o decreto da “morte de Marx”, do marxismo e de outras “mortes” ainda tenha o apelo a que ultimamente assistimos.

Desta forma, poderia se indagar: que sentido teria, pois, novamente, voltar ao assunto e, em última instância, ler textos que a ele se referem? Ao tentar responder tais indagações, somos desafiados a refletir mais profundamente acerca daquilo que verdadeiramente tais problemas nos sugerem e instigam, de forma a verificar, de fato, se a problemática de uma polêmica que se trava há tanto tempo, externa e internamente ao marxismo, a respeito de sua crise como teoria e crítica

social, tem-se dado levando em conta um objeto abstrato, criado pelos interlocutores, denominado “marxismo”, que nada tem a ver realmente com objeto concreto do pensamento marxista. Dito em outras palavras, trata-se de ver se o “marxismo” discutido por adversários ou defensores nada mais tem sido que o *Vulgärmarxismus* apontado por Bauer. Ou, em contrapartida, se é de fato o concreto e real marxismo forjado por Marx e Engels e desenvolvido pelos mais eminentes e respeitados teóricos subseqüentes.

Se a primeira afirmação pontifica, estamos no terreno da irônica e sutil crítica que Bauer endereçava a seu grande interlocutor, Hans Kelsen, e estaríamos discutindo o que o “*Vulgärmarxismus sabe*” e reproduzindo, assim como Kelsen em seu tempo, críticas da mesma forma passíveis de serem catalogadas no campo da vulgata. Entretanto, se a segunda se impõe, estamos precisamente no terreno que configura a base do grande debate a respeito da “crise do marxismo” — enfiado de modo instigante e amplo, entre outros, nos ensaios de Leonardo Paggi e Giacomo Marramao aqui citados — que marca profundamente os anos finais do século passado e os primeiros anos de nosso século, que passou à história como o *Bernstein-Debatte*, cujos temas e resultados permanecem atuais até os nossos dias.

Contudo, devemos pontuar uma outra característica que delimita o sentido dessa crise, de forma a deixar clara a sua principal essência. Na verdade, a crise reflete uma situação perfeitamente normal e inevitável: trata-se da readequação do pensamento marxista às transformações capitalistas. Em outras palavras, na medida em que o modo de produção capitalista se transforma, numa decorrência intrínseca de seu desenvolvimento, novas exigências são colocadas à teoria marxista (e não somente ela) e ela deve se readequar, buscando ampliar o alcance de seus conceitos e de seu aparato teórico (metodológico e epistemológico) para apreender em sua concreticidade a complexidade e a profundidade de tais transformações. E nada mais claro e irrefutável que as próprias palavras de Bauer acima reproduzidas para atestar a justeza desta afirmação.

Porém, torna-se claro e inequívoco, também, que desde a denúncia da Bauer a coisa se agravou e tornou-se mais complexa. De um lado, o final da década de 1920 e os primeiros cinco anos da década de 1930 mostraram não somente a derrota da vulgata do marxismo da Segunda Internacional, especialmente de sua forma kautiskiana; mas da mesma maneira de sua variante “direitista”, ou revisionista, consubstanciada não apenas no aspecto teórico, com as grandes questões tão seriamente levantadas por Bernstein, mas, da mesma forma, nas desastradas ações desenvolvidas no campo da política por seus seguidores.<sup>10</sup> E, finalmente, ao contrário do que poderia se esperar, que a derrota alcançou da mesma forma sua variante de “esquerda”, elaborada e desenvolvida particularmente de maneira tão rica pelos austromarxistas, especialmente Otto Bauer e Max Adler, como, aliás, já se mencionou ao início deste trabalho, que certamente se encontrava de fora do *Vulgärmarxismus* apontado acima.

Entretanto, de forma contundente, tal período mostrou a vitória de certa forma inesperada do marxismo de conformação leniniana, que as correntes do marxismo da social-democracia ocidental viam de forma tão crítica, embora nesse aspecto deva-se destacar a diferenciação entre a visão totalmente negativista mantida pela social-democracia alemã, tanto de sua ala reformista como da ala “ortodoxa” (ver, por exemplo, a contínua atitude de violenta oposição mantida por

Karl Kautsky diante do bolchevismo até o fim de sua vida),<sup>11</sup> e a atitude positiva e de compreensão da social-democracia austríaca em relação ao bolchevismo e à experiência da Revolução de Outubro, que, inegavelmente, caracteriza uma das singularidades do austromarxismo. Assim, em 1917, Bauer dizia:

As conquistas sociais da revolução são enormes. Todo o futuro do socialismo depende da possibilidade que se tem de salvar a revolução. Terá desdobramento sobretudo para a democracia francesa e inglesa, eis o que pode significar para a democratização da Europa a vitória ou a derrota da revolução russa.<sup>12</sup>

Da mesma maneira, bem mais tarde, em plena luta política na própria Áustria, em 1932, quando a burguesia reacionária já ensaiava os primeiros passos para eliminar definitivamente a democracia no país, Bauer responderá em pleno parlamento à provocação do líder social-cristão Dolfuss, que o acusava de ser um bolchevique, afirmando com grande dignidade:

Eu considero um miserável burguesinho quem usa a palavra bolchevique como uma injúria ou um insulto [...] A revolução russa é o acontecimento mais extraordinário da nossa época. O historiador que narrará, depois de cinquenta anos, a história universal do nosso tempo, dedicará à revolução russa vários volumes, enquanto dedicará somente algumas linhas a tudo o que aconteceu na nossa Áustria depois da guerra. Qualquer contemporâneo dotado de razão está ligado aos extraordinários problemas do bolchevismo. Eu vejo a grandeza histórica universal daquilo que acontece na União Soviética. Há quinze anos procuro estudá-lo cientificamente.<sup>13</sup>

E os exemplos poderiam ser repetidos. Entretanto, muito mais que tais manifestações, deveria se considerar o esforço permanente feito pela social-democracia austríaca, de 1918 até a tomada do poder pelos nazistas e a anexação promovida por Hitler, para tentar unificar o movimento operário a nível internacional, lutando incessantemente contra as posições extremamente sectárias e estreitas tanto da social-democracia majoritária alemã, que liderava a Internacional Socialista, como contra os bolcheviques, organizados na III Internacional, que se opunham fortemente a qualquer possibilidade de unificação. Nesse caso, ao lado de Bauer, deve-se destacar o papel fundamental desempenhado por Friedrich Adler (filho de Victor Adler, "o pai da social-democracia austríaca"), o líder político da esquerda social-democrata que teve um enorme papel na vida política não somente de seu partido, mas também da nação austríaca.<sup>14</sup>

Historicamente, em 1933, com o fim da República de Weimar e a assunção ao poder dos nacional-socialistas, decretava-se a falência da experiência revisionista dos "majoritários" do SPD na tentativa de promover uma transição do capitalismo ao socialismo através, primeiro, da teoria do governo de coalizão conformada por Karl Kautsky, e, depois, pelas teorias do capitalismo organizado defendidas por Hilferding, especialmente a partir do Congresso de Kiel, em 1927, e da democracia econômica (*Wirtschaftsdemokratie*), por ele apoiada, e colocada por Fritz Naphtali nos derradeiros anos da República de Weimar. E em 1934, depois da sangrenta e heróica resistência da classe operária nas ruas de Viena, esmagada a ferro e fogo pelos representantes da burguesia reacionária e conservadora, era derrotada a grande experiência histórica e prática do governo social-democrata austríaco na administração exemplar da Viena vermelha (*rote Wiener*). Aparecia, então, o fracasso das teorias profundamente inovadoras e originais elaboradas pelo

conjunto dos pensadores austromarxistas, particularmente por Otto Bauer e Max Adler, e da prática política imposta à social-democracia austríaca pela liderança da corrente austromarxista, nas quais instrumentos totalmente diferenciados daqueles pensados e adotados pela social-democracia alemã na República de Weimar, como as teorias do Estado de equilíbrio, da socialização dos meios de produção não através de sua estatização total como na experiência soviética russa, mas pela administração feita através de conselhos econômicos formados por produtores, consumidores e representantes do Estado, calcada numa legislação estatal extremamente avançada, inovadora e original para a época,<sup>15</sup> não obtiveram melhor sorte que as teorias de transição propostas pelo SPD na Alemanha.

Assim, ao avançarmos na tentativa de conhecer esses fatos, começamos não somente a penetrar no núcleo de uma questão fundamental, mas, em conseqüência, nos meandros de uma problemática muito mais rica, ampla e complexa. Será, pois, procurando tecer algumas considerações em torno desses pontos que avançaremos. Em primeiro lugar, identifiquemos uma série de problemas que marcaram e marcam a crise do marxismo, buscando situá-los mais amplamente, ou seja, historicamente. Deste modo, é preciso ampliar um pouco mais o enfoque dos temas a serem considerados, de forma a melhor identificar o fio condutor para a análise: a) os equívocos e erros do pensamento marxista ao analisar e interpretar o desenvolvimento da sociedade capitalista, já que a mesma, ao contrário do que afirmava o marxismo "clássico", não caminhou para o colapso, não entrou num beco sem saída de uma crise final e, transformando-se e se superando, apresenta-se cada vez mais pujante e rica, especialmente no sentido de seu desenvolvimento histórico; b) seria o marxismo, ou seja, o método de análise oferecido por Marx e desenvolvido por seus seguidores, suficientemente rico e consistente para que possamos concluir que, de fato, constituiu ele uma ciência social, ou melhor, levando-se em conta exatamente a grande preocupação central das reflexões de Max Adler, um dos austromarxistas aqui enfocados, se o marxismo representa uma ciência social, capaz de não somente incorporar, mas de superar as análises e os conceitos das formas mais avançadas da "ciência social não-marxista de nosso tempo"?

Se tais indicações podem ser apontadas como sendo próprias da crise do marxismo que vivemos em nossos dias, ou pelo menos que se trata de problemas que são denunciados pelos que insistem em destacar a existência da crise, devemos, por sua vez, considerar que foram exatamente os mesmos tipos de questões que marcaram a crise do marxismo nos anos finais do século XIX e nos primeiros anos de nosso século, ou seja, foram precisamente esses os problemas centrais discutidos no decorrer do *Bernstein-Debatte* e nos anos subseqüentes a ele, ou seja, nos anos colocados entre as duas guerras mundiais.

Aparentemente, mais uma vez, estamos diante da repetitividade da situação do que poderíamos denominar "morte do marxismo". E, em contrapartida, uma vez mais nos vemos diante da constatação de que a repetição nada mais faz que mostrar que a crise do marxismo aparece sempre em decorrência das transformações capitalistas. Em outras palavras, se na passagem do século XIX para o século XX as grandes transformações capitalistas levavam a uma nova configuração que tal modo de produção assumia, com todas as conseqüentes mudanças advindas de sua transformação de um sistema fundado no capitalismo concorrencial e atomizado num sistema de alta concentração, com o surgimento dos grandes conglo-



merados (trustes e cartéis), numa *implementação tecnológica colocada a serviço da produção nunca vista*, etc., não estaria se dando um fenômeno similar, evidentemente guardadas as diferenças específicas de nossa época, nesta virada de século a que estamos assistindo? E se tal assertiva é correta, não estaria, pois, se dando uma nova crise do marxismo fundada e consolidada em características similares? No primeiro caso mencionado, estamos diante de questões básicas que foram brilhantemente colocadas por muitos dos envolvidos no debate da crise do marxismo que caracterizou a passagem do século XIX para o século XX, dentre os quais estavam, sem dúvida alguma, os austromarxistas; no segundo, não estaríamos diante da constatação de que o pensamento marxista — precisamente pelo fato de que se dão enormes transformações no modo de produção capitalista — passa a viver um momento de crise similar àquele que a grande polêmica da “revisão do marxismo”, ou *Bernstein-Debatte*, representou na passagem do século XIX para o século XX? Se tais conclusões podem ser aceitas como corretas, ou mesmo se têm o mínimo de consistência, não devemos indagar se da mesma forma que se percebeu na consecução dos debates realizados no passado, agora, em nosso *fin de siècle*, o enfrentamento dessas questões também não poderá se dar a partir de uma análise calcada no *Vulgärmarxismus*, mas de uma concreta aplicação do método e da epistemologia do marxismo afirmados não somente pela obra marxiana, mas pelas obras de seus melhores seguidores?

Tomando como passíveis de serem aceitas tais assertivas, devemos concluir, pois, que o resgate do desenvolvimento histórico da “crise do marxismo” pode ajudar em muito a compreensão de sua atual crise enquanto teoria, ou seja, enquanto “crítica da economia política”. Partindo, pois, deste pressuposto, ou seja, de tentar conhecer um pouco desse passado, procuremos refletir em torno da realidade histórica que envolveu o surgimento, o desenvolvimento e a derrocada dessa tendência tão original do marxismo: o austromarxismo.

## 2. AUSTROMARXISMO: DEFINIÇÃO E ORIGEM

Evidentemente que para conhecer e compreender a singularidade do austromarxismo os trabalhos citados até aqui são extremamente importantes e fundamentais; servem como valiosa introdução à questão. Entretanto, partindo do fato de que essa tendência especial do “marxismo da II Internacional” é praticamente desconhecida entre nós,<sup>16</sup> seria interessante adiantar algumas reflexões em torno de alguns aspectos de sua história que explicam e mostram exatamente tal característica.

Tomando como ponto de partida a identificação feita por Giacomo Marra-mao em seu “Ensaio introdutório”, que significativamente tem o título de “Austromarxismo e socialismo de esquerda entre as duas guerras” (denominação, além do mais, que é a do próprio livro a que esse ensaio serve de introdução), poderíamos inferir que as características especiais e singulares que conformam o austromarxismo estariam limitadas a tal período. Discutindo a mesma questão, Perez Mehrav também indaga a respeito, afirmando que o austromarxismo poderia ser identificado com o “marxismo na Áustria”, e “até mesmo com a social-democracia austríaca”, ou, finalmente,

que pode ser limitado àquela elite de pensadores socialistas que se distinguiram a partir

dos últimos anos do século passado e até a Primeira Guerra Mundial, na Áustria alemã, no terreno da teoria marxista e de sua aplicação à investigação de fenômenos e problemas de intensa atualidade no campo da filosofia, da economia política, do direito público, da questão das nacionalidades, etc.<sup>17</sup>

Entretanto, Mehrav também não se contenta com as definições acima mencionadas e opta por uma outra, muito próxima daquela que o título do "Ensaio" de Giacomo Marramao sugere:

Enquanto corrente autônoma, típica e distinta de outras correntes marxistas contemporâneas, o austromarxismo é, antes de mais nada, um fenômeno do período situado entre as duas guerras mundiais, e é como tal que será examinado neste ensaio. Mas, se é verdade que uma exata compreensão do austromarxismo não é possível sem o conhecimento de sua fontes históricas pré-bélicas, é igualmente verdade que não é lícito separá-lo de seu pano de fundo internacional contemporâneo, o "centrismo" no interior do movimento proletário internacional, do qual é a variante especificamente austríaca.<sup>18</sup>

A leitura dos ensaios de Roberto Racinaro e Leonardo Paggi<sup>19</sup> sugere, contudo, que embora se possa dar destaque à singularidade do pensamento austromarxista "entre as duas guerras", na verdade a identificação de um "austromarxismo" já pode ser feita desde os tempos anteriores, ou se quisermos melhor delimitar, ao tempo do debate sobre "a crise do marxismo", ou *Bernstein-Debatte*, mais precisamente na sua fase final, ou seja, já nos primeiros anos do século, imediatamente anteriores à eclosão da guerra de 1914.

A proposta de Giacomo Marramao, ao fixar a especificidade e a singularidade do austromarxismo no período entre as duas guerras, é perfeitamente válida e correta se se leva em conta a ação política desenvolvida pela social-democracia austríaca nesse período; o que, aliás, a posição de Mehrav confirma. Foi exatamente aí que a orientação dada ao partido austríaco, SPÖ, pela liderança de Bauer e de Fritz Adler, fundamentada a nível teórico pelas obras do próprio Otto Bauer e de Max Adler, levou a que o Partido Social-Democrata da Áustria se diferenciase da orientação assumida pela maioria da social-democracia mundial, especialmente de sua irmã cultural, do Partido Social-Democrata da Alemanha, SPD, e a partir daí houvesse a identificação entre a social-democracia austríaca, o Partido Social-Democrata da Áustria, SPÖ, e a orientação teórico-política imposta pela esquerda austromarxista.

Entretanto, não se poderá negar que as argumentações desenvolvidas por Roberto Racinaro e Leonardo Paggi mostram que desde o início, praticamente a partir de sua consolidação como social-democracia, em 1889, no Congresso de Hainfeld, o SPÖ já tinha como fundamentação uma base teórica totalmente diferenciada, pautava-se por uma ação política igualmente diversa e inovadora diante dos grandes problemas que se configuravam com a "crise do marxismo". Dessa forma, tanto Leonardo Paggi como Giacomo Marramao aceitam e partem das definições que Otto Bauer ofereceu do austromarxismo. Assim, para caracterizar o projeto do austromarxismo como diferenciado e singular no interior do pensamento marxista de extração social-democrata, Giacomo Marramao, precisamente no item "1. O austromarxismo: problemas de uma definição", toma como referência as mencionadas definições de Otto Bauer, expostas em duas ocasiões diferentes, a respeito do austromarxismo. Em 1927 Bauer afirmara:

Com a denominação “austromarxistas” se designava então [*antes da guerra*] um grupo de jovens companheiros austríacos empenhados na atividade científica: Max Adler, Karl Renner, Rudolf Hilferding, Gustav Eckstein, Otto Bauer, Friedrich Adler eram, entre eles, os mais notáveis. O que os unia não era um interesse político particular, mas a peculiar natureza de seu trabalho científico. Tinham todos crescidos numa época em que homens como Stammler, Windelband e Rickert combatiam o marxismo com argumentos filosóficos; assim, estes companheiros sentiram a necessidade de se confrontarem com as modernas correntes filosóficas. Se Marx e Engels haviam partido de Hegel e os marxistas sucessivos do materialismo, os mais jovens “austromarxistas” tomaram como ponto de partida em parte Kant, em parte Mach. Por sua vez, nos ambientes universitários austríacos eles deviam se confrontar com a assim chamada escola austríaca de economia política; e esse confronto influenciou também o método e a estrutura de seu pensamento. Finalmente, na velha Áustria sacudida pelos conflitos de nacionalidades, tinham todos que aprender a aplicar a concepção marxista da história a fenômenos complexos que não toleravam um uso superficial e esquemático do método de Marx. Formou-se assim no âmbito da escola marxiana uma comunidade espiritual [*Geistesgemeinschaft*] à qual, para distingui-la, de um lado, da precedente geração marxista — representada sobretudo por Kautsky, Mehring e Cunow —, e, do outro, das coetâneas escolas marxistas dos outros países, em especial da russa e da holandesa, ambas desenvolvidas sobre influências culturais substancialmente diferentes, foi dado o nome de austromarxismo.<sup>20</sup>

Dez anos mais tarde, em 1937, o próprio Bauer se incumbiria novamente de dar mais uma definição no artigo necrológico que escreveu sobre Max Adler:

Surge assim agora do movimento estudantil socialista vienense uma jovem escola marxista, cujos prestigiados representantes eram, no final dos anos noventa, Max Adler, Karl Renner e Rudolf Hilferding; e a esses se uniram algum tempo mais tarde Gustav Eckstein, Friedrich Adler e eu. Desenvolvida no terreno acadêmico, no confronto com as correntes que atravessavam o mundo acadêmico daqueles anos, aquela jovem escola marxista estava mais próxima dos filões culturais do tempo que a precedente geração marxista dos Kautsky, Mehring, Lafargue e Plekhánov.<sup>21</sup>

Se tomamos ambas as intervenções de Bauer acima citadas veremos que o surgimento da “comunidade espiritual” (*Geistesgemeinschaft*) do austromarxismo se dá exatamente nos anos mais intensos do *Bernstein-Debate*, caracterizando uma “jovem escola marxista” que queria se diferenciar da “precedente geração marxista” dos grandes nomes da social-democracia clássica. Evidentemente que as razões objetivas e concretas para que um grupo de pensadores marxistas localizado na Áustria tomasse como tarefa básica desenvolver um tipo de marxismo diferenciado daquele que era o marxismo “oficial”, ou seja, o marxismo forjado e desenvolvido pelo centro hegemônico da social-democracia mundial, isto é, o alemão, não poderiam decorrer apenas da vontade e da qualificação pessoal de cada um dos jovens marxistas austríacos. Em outras palavras, existiam fortes e fundamentais razões históricas para que o grupo se posicionasse diferentemente diante do marxismo desenvolvido pelo núcleo alemão.

Dessa maneira, se o austromarxismo destacava-se de forma clara e irrefutável no período entre as duas guerras, assumindo de fato o caráter apontado por Mehring de uma posição “centrista”, ou por Giacomo Marramao de um “socialis-

mo de esquerda” entre bolchevismo e social-democracia majoritária, não podemos deixar de concordar com Roberto Racinaro e Leonardo Paggi que, aceitando explicitamente o fato de que a “comunidade espiritual” do austromarxismo já se conformara e aparecera antes da eclosão da guerra em 1914, buscam analisar a singularidade e a especificidade desse austromarxismo desde os tempos do *Bernstein-Debatte*.

De fato, por sua vez, em outro trabalho já citado aqui, também Giacomo Marramao, num dos itens de sua análise, faz essa “regressão”, intitulado sugestivamente a parte de sua elaboração como “O austromarxismo antes da guerra: do *Bernstein-Debatte* à polêmica com Kautsky”.<sup>22</sup> Nesse item da análise, Marramao nos mostra a problemática e a ambiência históricas que levaram à configuração dessa “comunidade espiritual”, afirmando entre outras coisas:

No momento em que o grupo austromarxista, que se agrupara em 1903 em torno do Zukunft-Verein (embrião do que se tornaria mais tarde a ampla e capilar estrutura pedagógica da social-democracia austríaca), decidiu organizar seu próprio trabalho através de órgãos teóricos autônomos — fundando em 1904 os *Marx-Studien* e, em 1907, *Der Kampf* —, o que ele pretendeu com tal operação foi se distinguir nitidamente da formulação kautskiana do vínculo teoria/movimento, assumindo como base de partida o postulado “revisionista” da não-identidade entre marxismo e socialismo.<sup>23</sup>

Caracteriza-se aqui a organização dos jovens marxistas vienenses de forma estruturada numa tendência diferenciada em relação à liderança imposta à social-democracia austríaca. Da mesma forma, no item 1 de seu formidável “Ensaio introdutório”, denominado “O austromarxismo: problemas de uma definição”, Giacomo Marramao descreve que foi exatamente no desenvolvimento da conformação da social-democracia austríaca, então liderada e dirigida pela gigantesca e notável figura de Victor Adler, a partir do Congresso de Hainfeld, de 1889, que surgiriam do movimento estudantil vienense aqueles jovens (inclusive o próprio filho de Victor Adler, Friedrich Adler, que se tornará o líder político mais representativo da nova direção da esquerda social-democrata, depois da instauração da república austríaca) que, agrupados em torno dos órgãos culturais da social-democracia austríaca, conformariam uma tendência diferenciada no interior do partido, em oposição ao sentido que a liderança de Victor Adler lhe dava, com uma estreita e direta vinculação aos rumos assumidos pela social-democracia alemã, em decorrência dos grandes debates que estavam se configurando com as reflexões em torno da “crise do marxismo”.

Em 1903 é constituído o Zukunft-Verein, que instituirá no ano seguinte uma importante escola operária. Em 1904, tem início a publicação dos *Marx-Studien*, volumes com periodicidade irregular, dirigidos por Max Adler e Rudolf Hilferding, nos quais vêm a luz trabalhos de fundamental importância para o marxismo teórico [...] Em outubro de 1907 (ano em que, após a introdução do sufrágio universal, o Partido Social-Democrata e o Partido Social-Cristão obtêm um enorme sucesso eleitoral que os qualifica como as duas grandes realidades de massa do país), inicia-se a publicação da revista teórica *Der Kampf* (A Luta), fundada por Otto Bauer juntamente com Karl Renner e Adolf Braun. A fundação dessa revista decorre da exigência de se dar voz aos pontos de vista originais que a “jovem escola marxiana de Viena” havia introduzido nos debates da social-democracia austríaca; o que já indicava uma (mesmo que por tática) dissociação da

política perseguida por Kautsky com a *Die Neue Zeit*, revista da qual os social-democratas austríacos haviam se servido até então. A *Geistesgemeinschaft* austromarxista pôde, de tal modo, desenvolver, servindo-se de um veículo autônomo, um confronto de altíssimo nível com aquela cultura da “grande Viena” que representa um fato de absoluta excepcionalidade na história de nosso século.<sup>24</sup>

Assim, se analisarmos com cuidado essa vinculação teórica da “comunidade espiritual” do austromarxismo — e neste aspecto os ensaios já citados são exemplares para alertar sobre isso —, podemos inferir que as inquietações teóricas que levaram à formação desse grupo estavam diretamente vinculadas ao sentido tomado, no interior do SPD — e em conseqüência na social-democracia em geral —, pelas polêmicas em torno da “revisão do marxismo”. Dessa forma, verificamos que a fundamentação teórica adotada pelos principais pensadores austromarxistas tem, nos momentos iniciais de sua configuração, uma posição que poderia sugerir uma cuidadosa equidistância tanto das propostas teóricas de Bernstein como das de Kautsky, os dois grandes protagonistas responsáveis pelas distintas posições que estavam em discussão nos debates sobre a “crise do marxismo”, sobretudo graças à atitude de Victor Adler, amigo pessoal dos dois grandes interlocutores, e homem extremamente respeitado e membro daquela elite de nomes que compunham o conjunto de dirigentes e pensadores que constituía “a geração dos Kautsky, Cunow e Plekhánov” mencionada por Bauer nas suas definições sobre o austromarxismo.

Todavia, poderíamos dizer que as intervenções dos austromarxistas são seguramente mais próximas das teses de Bernstein do que das posturas kautskianas, embora profundamente diferenciadas em seus fundamentos teóricos. E, aqui, a análise de Leonardo Paggi no ensaio citado não deixa qualquer dúvida. Assim, essa “proximidade” não quer dizer que os austromarxistas estariam totalmente de acordo com as propostas teóricas bernsteinianas e também que viam as teses da revisão do mesmo modo, mas igualmente não se colocavam no campo da “ortodoxia” kautskiana; ao contrário, posicionavam-se fortemente contra ela.

O que aparece como sendo fundamental e determinante, sobretudo para o grupo inicial formado em torno dos *Marx-Studien* (Max Adler, Rudolf Hilferding e Karl Renner, entre outros) era tomar as propostas que vinham da parte de Bernstein, que criticava especialmente as teses kautskianas dominantes de que o marxismo, enquanto teoria (ciência), podia ser reduzido deterministicamente a embasar a ação do movimento (política da social-democracia), e submetê-las a uma análise mais detalhada e que levasse em conta o desenvolvimento e os resultados que estavam se dando no campo da filosofia e das ciências sociais “do nosso tempo”:

Bernstein, como se sabe, criticara asperamente a equiparação kautskiana entre teoria e movimento, com base na qual a existência da social-democracia terminava por ser o argumento principal em favor do marxismo, sua autêntica “pedra-de-toque”. Para evitar os riscos de justificacionismo que tal concepção trazia consigo, Bernstein sublinhara a necessidade de se empenhar na construção de uma “marxística” (*Marxistik*), entendendo como esse termo (que era tomado de Dühring e Höchberg) um complexo teórico caracterizado por uma rigorosa cientificidade e por uma constante verificação das próprias

proposições descritivas e predicativo-prescritivas, em cotejo com os desenvolvimentos cognitivos das diversas disciplinas histórico-sociais: a marxística, em suma, deveria se pôr como antídoto às tendências apoloéticas das quais estava agora irreversivelmente afetado o “marxismo” em sua concepção kautskiana.<sup>25</sup>

Nesse sentido, a criação dos *Marx-Studien* e as primeiras obras que foram publicadas pela coleção definem de maneira irrefutável o sentido e a tendência teórica que o grupo dos jovens marxistas de Viena queria imprimir à sua elaboração teórica do marxismo. Caracterizando o aparecimento dos *Marx-Studien* em seu extenso e exaustivo estudo a respeito da problemática do austromarxismo e a questão da “crise do marxismo”, ou, em palavras ainda mais claras, a vinculação do surgimento da “comunidade espiritual” austromarxista no interior das grandes polêmicas que marcaram o *Bernstein-Debatte*, Leonardo Paggi transcreve uma longa passagem do editorial redigido pela redação para justificar a criação da coleção, no qual podemos verificar a preocupação em identificar explicitamente os objetivos teóricos dos que aí publicam suas obras em se situarem diante do grande debate que estava em curso no pensamento marxista. Para o propósito que mais acima salientamos, o trecho que se segue pode perfeitamente situar a questão:

Tampouco para nós, pois, o marxismo é um sistema rígido. Os próprios trabalhos reunidos neste livro mostram que nós o consideramos totalmente submerso num desenvolvimento que cremos só poder ser concebido como vínculo consciente entre os resultados e o método do marxismo e o complexo da vida intelectual, ou seja, o conteúdo do trabalho filosófico e sociológico de nosso tempo.<sup>26</sup>

E exatamente no primeiro livro da coleção, em 1904, aparecia publicado o emblemático trabalho de Max Adler — *Kausalität und Teleologie im Streite um die Wissenschaft* (Causalidade e teleologia na disputa sobre a ciência) —, que definiria, metodológica e epistemologicamente, os fundamentos que delimitariam daí em diante toda a sua produção filosófica e sociológica, mas que também exerceria uma enorme influência na conformação teórica que orientaria a produção dos demais expoentes do austromarxismo, mesmo levando-se em conta a separação que ocorreria no futuro, do ponto de vista das posturas ideológico-políticas, no seio da “comunidade espiritual” austromarxista, que levaria à formação de uma “direita” em torno de Karl Renner, de uma “esquerda” em torno de Otto Bauer e Fritz Adler, e de uma “ultra-esquerda filosófica”, já mais tarde, na qual a principal figura seria Max Adler.

Essa obra refletia claramente a grande preocupação mencionada por Otto Bauer quando procurava definir a “comunidade espiritual” austromarxista: travar um intenso debate com a grande produção filosófica e científica da época, de extração acadêmica — que estava entrando em confronto com o marxismo a partir de posições já não mais meramente ideológicas e políticas, desqualificando-o enquanto pensamento e forma científica de elaboração, mas, ao contrário, partindo de críticas mais consistentes e embasadas que levavam em conta os fundamentos mais atuais e elaborados da filosofia e das ciências histórico-sociais da época, com o que se procurava sobretudo *desrevolucionar* o marxismo de seu conteúdo mais consistente, que era o de não somente compreender o mundo, mas de transformá-lo.

Se a obra parte essencialmente da crítica aos fundamentos metodológicos e epistemológicos levantados especialmente por Rudolf Stammler em sua obra, de 1895, *Wirtschaft und Recht nach der materialistischen Geschichtsauffassung* (Economia e direito na concepção materialista da história), também se remete diretamente às problemáticas levantadas por Max Weber em suas pesquisas e estudos, como a toda a produção científica que era publicada exatamente na revista por ele dirigida, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*:

Max Adler estabelecerá um estreito vínculo de dependência entre a publicação, no inverno de 1895-1896, do livro de Stammler, *Wirtschaft und Recht nach der materialistischen Geschichtsauffassung* (Economia e direito na concepção materialista da história) e o princípio da discussão de Bernstein na *Die Neue Zeit*, no outono de 1896. A tese central do estudo de Stammler, sobre a qual voltaremos pela importância que Adler lhe atribuía, e que chegava a definir como “*epochemachende*”, pode ser resumida, por agora, na afirmação de que causalidade e teleologia são conceitos que se excluem reciprocamente. Por isso, o impulso ideal que se encontra no desenvolvimento social, a tensão por um Estado de justiça social não pode ser levada em conta pela concepção materialista da história sem que essa entre em contradição com seu princípio de necessidade e de lei. De fato, precisamente na mesma linha dessas considerações começa a desenvolver-se a reflexão de Bernstein, sobretudo a partir do ensaio sobre “O momento realista e o momento ideológico no socialismo”.<sup>27</sup>

Quanto a Weber e suas pesquisas a respeito da “disputa pelo método das ciências”, pode-se dizer que, entre as linhas de colocação dos *Marx-Studien*, portanto, podia-se ver uma estreita correlação entre o debate sobre o revisionismo e os temas da *Methodenstreit*. Conrad Schmidt, na resenha do volume no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, não deixou de captar esse aspecto: chegou mesmo a sublinhar a “convergência” entre a problemática da nova revista e aquela de Max Weber.<sup>28</sup>

Mais atrás fizemos referência à nova orientação da grande intelectualidade alemã, exatamente do grupo que se reunia em torno de Weber e sua revista, que, ao contrário daqueles mais antigos, especialmente originários do *Kathedersozialismus* (socialismo de cátedra), entre os quais estavam Schmoller, Brentano e outros, mantinha em relação ao marxismo e à social-democracia uma atitude de mais simpatia e de polêmicas teórico-científicas mais sérias e consistentes. Segundo Hobsbawm, a revista de Weber publicou apenas quatro artigos sobre o tema entre 1900 e 1904, mas, entre 1905 e 1908, 15 ensaios foram publicados,<sup>29</sup> e certamente o artigo de Schmidt a que estamos nos referindo foi um dos levantados por Hobsbawm em sua estatística.<sup>30</sup> Dessa maneira, quando a obra de Adler apareceu no volume 1 dos *Marx-Studien*, coube a C. Schmidt, um dos mais argutos e originais pensadores da social-democracia — que, além de ser um especialista em assuntos financeiros e de bolsa de valores, foi, da tendência revisionista, um dos mais inovadores analistas, como, aliás, se pode ver pela dissertação desenvolvida ao longo do ensaio de Leonardo Paggi que estamos considerando — estabelecer imediatamente tal relação:

Os temas teóricos submetidos ao *Bernstein-Debatte*, a relação entre necessidade e liberdade, entre teoria e práxis, entre análise científica e juízo político-valorativo, são para Adler os mesmos que constituíram a matéria da *Methodenstreit*. Ao fazer a resenha

da aparição dos *Marx-Studien*, Schmidt podia salientar, não sem razão, que a temática adleriana fora tratada, precisamente no transcurso do mesmo ano, por Max Weber em seu ensaio sobre “A ‘objetividade’ cognoscitiva das ciências sociais e da política social”.<sup>31</sup>

Essa relação entre as posições epistemológicas de alguns dos grandes teóricos burgueses que estiveram envolvidos na *Methodenstreit* e as de Bernstein, que acatava acriticamente muitas das posturas desses contraditores, especialmente daqueles que claramente pregavam um “retorno a Kant”, não deixava, contudo, de ter fundamentais razões, especialmente em torno de suas (de Bernstein) divergências com Karl Kautsky. E isso era percebido pelos austromarxistas, especialmente por Max Adler. Assim, ele via que essa recusa que caracterizava a postura da social-democracia alemã, o SPD, diante da intelectualidade científica e acadêmica alemã (aqui pode-se dizer de língua alemã, já que muitos dos envolvidos na *Methodenstreit* eram austríacos), era devida à tendência hegemônica liderada por Kautsky — como tal era “oficial” — que levava a não se admitir a possibilidade de que o marxismo enquanto ciência social pudesse ter qualquer relação com a metodologia e com a epistemologia que esses teóricos procuravam definir em relação às *Geisteswissenschaften*, diferentemente das *Naturwissenschaften*.

Todavia, se para Adler exatamente a questão do *Revisionismus-Debatte* mostrava igualmente que a tendência revisionista, fundamentalmente Bernstein e Conrad Schmidt, procediam de forma totalmente contrária, ele salientava da mesma forma que a aceitação acrítica das teses revisionistas do “retorno a Kant” para fundamentar o método das *Geisteswissenschaften* não era suficiente e muito menos compatível com as exigências colocadas pelo marxismo. E aqui estava a originalidade e a inovação de Adler em relação ao enfoque proposto em *Causalidade e teleologia*, como a especificidade de seu “kantismo”.

A exigência de fazer com que os resultados da “disputa sobre o método” se articulassem com os pontos nevrálgicos do *Revisionismus-Debatte* residia, para os austromarxistas (e, em particular, para Max Adler), no fato de que o ponto morto em que terminara por se encontrar a discussão marxista devia ser relacionado com um uso acrítico e indeterminado da noção de “ciência”. Essa polêmica envolvia, em primeiro lugar, um conceito que — na interpretação kautskiana — figurava como o correlato natural e imprescindível da cientificidade do marxismo: o conceito de necessidade [...]. O vínculo estabelecido pelo austromarxismo entre *Methodenstreit* e o debate sobre o revisionismo tende — como já dissemos — a envolver em primeiro lugar a categoria de necessidade. A profunda revisão a que esse conceito é submetido, bem como a crítica que disso resulta à concepção monolinear das “leis de tendência histórica”, está na base da reinterpretação do problema dos intelectuais e da própria visão da relação entre formas do desenvolvimento capitalista e papel do Estado.<sup>32</sup>

Tais colocações advindas das reflexões lançadas no terreno do *Bernstein-Debatte*, especialmente pelas posições de Adler em *Causalidade e teleologia*, apontadas tanto por Giacomo Marramao como por Leonardo Paggi, das quais acima transcrevemos algumas passagens, sugerem uma nova problemática que despertariam as novas polêmicas no interior das discussões sobre a “crise do marxismo” que envolveriam, da mesma forma, os grandes expoentes da social-democracia mundial, particularmente do SPD alemão e do SPÖ austríaco.



### 3. A NATIONALITÄTENFRAGE

Nas definições a respeito do austromarxismo, acima transcritas, Bauer nos fornece uma outra pista para seguirmos, se desejamos desvendar a sua singularidade. Em primeiro lugar, devemos conhecer as particularidades que marcaram não somente a formação, mas o desenvolvimento da sociedade extremamente rica e complexa que caracterizava a Viena do *fin de siècle*, na qual se desenvolveu o austromarxismo. Mas é preciso também levar em conta as relações de interdependência cultural e lingüística que relacionavam a cultura austríaca, ou mais corretamente a cultura vienense, à cultura alemã.

Ao entrarmos nesse terreno, estamos penetrando no campo histórico que delimita a relação entre Áustria e Alemanha como nações alemãs e a separação a que se viram forçadas em decorrência da divisão do grande império germânico entre os impérios alemão-prussiano dos Hohenzollern e o austro-húngaro dos Habsburg.

É claro que não se poderá fazer aqui uma análise geral retrospectiva da questão. O que devemos salientar é que a separação da nação alemã entre os impérios Hohenzollern e Habsburg caracterizou o sentido de desenvolvimento histórico, político e social das duas nações de cultura alemã. Sabemos da ação desenvolvida por Bismarck para conseguir a unificação das centenas de pequenos Estados alemães em torno da Prússia. Da mesma forma, que a hegemonia foi conseguida a partir da imposição do espírito *Junker-prussiano* sobre os demais pequenos Estados alemães através da força militar do poderoso exército prussiano. Assim, um Estado alemão muito mais atrasado cultural, política e socialmente se impôs militarmente aos demais, subjugando-os não somente do ponto de vista de sua autonomia político-territorial, mas também cultural e social.

Nessa época, e por seus próprios esforços, havia a Prússia galgado à posição de uma das grandes potências militares da Europa. Não possuía nenhum dos recursos das outras. Sua terra era estéril e desprovida de minerais. A população, pequena. Não possuía grandes cidades, nenhuma indústria e inexpressiva era sua cultura. Até mesmo a nobreza era pobre, e os camponeses, sem bens, viviam como animais. Entretanto, com tenacidade e talento de organização incríveis, conseguiram os Hohenzollern criar um Estado militar espartano, cujo bem treinado exército obteve vitórias e mais vitórias [...] Dois terços e, às vezes, até cinco sextos da arrecadação anual eram gastos com o exército que, sob o comando do rei, se transformou no próprio Estado. "A Prússia — observou Mirabeau —, não é um Estado com um exército, mas um exército com um Estado." [...]<sup>13</sup>

Vejamos como o mesmo autor descreve o "espírito" *Junker* que, segundo ele, estaria na raiz do desenvolvimento da visão totalitária e atrasada, nacionalista e anti-semita que, mais tarde, até mesmo serviria de base histórica para o surgimento e a ascensão do nazismo:

Os *Junkers*, que representariam papel tão decisivo na moderna Alemanha, foram também um produto único da Prússia. Eram, como eles próprios diziam, uma raça superior. Foram eles que ocuparam a terra conquistada aos eslavos e que a cultivaram em grandes propriedades com o trabalho desse povo então reduzido a completa servidão, povo constituído de miseráveis trabalhadores completamente diferentes dos ocidentais. Havia uma diferença fundamental entre o sistema agrário da Prússia e aquele da Alemanha e

da Europa ocidental. Nestas, os nobres, proprietários da maioria das terras, recebiam rendas ou tributos feudais dos camponeses, os quais, embora com muita freqüência também vivessem num estado de servidão, tinham certos direitos e privilégios e podiam — com puderam e fizeram — gradualmente adquirir terras próprias e independência. No Oeste, os camponeses constituíam uma robusta parcela da comunidade; os latifundiários, apesar de seus aspectos negativos, desenvolveram nos seus lares uma certa cultura que, entre outras coisas, levou a um padrão de vida civilizado, que podia ser observado no refinamento das maneiras, do pensamento e das artes.<sup>34</sup>

Se esses eram os traços culturais e políticos que marcaram a unificação alemã imposta pela política de Bismarck, que tantas implicações teriam não somente na formação da visão ideológica da nação alemã e sobremodo de sua classe dominante, mas também para a formação da social-democracia alemã, muito diferentes eram os traços culturais e políticos que conformavam a nação austríaca, especialmente de sua grande capital, Viena:

Erguida ao longo do Danúbio Azul, sob a colinas arborizadas do Wienerwald, salpicada de vinhas verde-amarelas, era um lugar de beleza natural que cativava o visitante e fazia com que os vienenses achassem que a Providência lhes havia sido particularmente generosa. A música enchia o ar, a grande música de seus talentosos filhos — a maior que a Europa já conheceria: Haydn, Mozart, Beethoven e Schubert e, nos últimos anos, as alegres, obsedantes valsas do bem-amado de Viena, Johann Strauss. Para um povo assim abençoado, tão marcado pelo estilo de viver barroco, a própria vida era algo assim como um sonho, e seus simpáticos cidadãos passavam os agradáveis dias e noites de sua vida a valsar e a beber, entregues a conversas frívolas em cafés acolhedores, a ouvir música e a expor suas opiniões acerca do mundo fictício do teatro, da ópera e da opereta, a flertar e a amar, abandonando grande parte de sua vida aos prazeres e aos sonhos.<sup>35</sup>

Percebe-se, pois, que a classe que poderia ser identificada como a classe dominante austríaca tivera origens bastante diferenciadas daquelas da alemã *Junker-prussiana*. A nobreza austríaca sempre mantivera uma inserção na vida cultural de toda a Europa ocidental, de forma que levara para seu pequeno país —<sup>36</sup> e não necessariamente para seu grande império — as experiências científicas, artísticas e literárias que se davam nos grandes centros mais avançados da Europa. É verdade que essa sociedade não manifestara um desenvolvimento industrial semelhante ao da Alemanha, de forma que sua burguesia era mais fraca e menos desenvolvida, o que coloca ainda uma vez mais uma característica diferenciada entre os dois desenvolvimentos.

A dominação prussiana, no caso da Alemanha, se deu envolvendo outros Estados alemães que eram mais adiantados não só culturalmente, mas também industrialmente. Assim, a pujança da nação alemã poderia se dizer que decorria da rigidez e da vontade *Junker-prussiana* dominante, embasada numa estrutura econômica e social muito mais voltada para uma realidade capitalista do que para os fundamentos ideológicos agrário-feudais dominantes na visão bismarckiana. Se essa vontade de unificação da grande nação alemã tivera na política de Bismarck o espírito e a consciência que transformaram toda a sociedade alemã num bloco de granito para realizar o objetivo histórico de dar ao país meios para enfrentar a concorrência internacional, imediatamente mostrou-se defasada diante das reais

necessidades da nação para poder fazer frente aos desafios que estavam se colocando nas relações internacionais com os demais países capitalistas. Assim, em 1890, o velho político foi aposentado e uma nova configuração de forças políticas surgiu como mais capaz de realizar os intentos da classe dominante alemã. E nesse novo bloco do poder, a burguesia industrial e comercial já se apresentava como forte membro do poder, reduzindo seu aliado *Junker*-prussiano aos limites de um sócio e não mais de dominador exclusivo. Assim, se antes, quando da unificação, os classes e camadas originárias dos demais Estados alemães incorporados foram relegadas a um papel secundário, agora passavam a ter um papel mais saliente, colocando as novas classes sociais — especialmente a burguesia e o proletariado — a exercerem um papel mais relevante que no passado período bismarckiano. Foi a partir desse momento que o grande pensamento alemão mais progressista e o pensamento marxista passaram a influenciar o verdadeiro sentido que o desenvolvimento do capitalismo impunha para a nação alemã.

Na Áustria, a criação do império dos Habsburg se dera de forma diferente. Colocara sob o domínio de uma pequena nação alemã, a Áustria, avançada culturalmente, mas com um desenvolvimento industrial capitalista frágil, nações e povos mais atrasados e diferenciados econômica e culturalmente; mas também existiam aqueles que, economicamente, eram mais avançados e pujantes, como a rica região industrial da Checoslováquia e os férteis celeiros agrícolas da região magiar (Hungria). Eram povos (e nações) sérvios, eslavos, checos, rutenos, magi-ares, croatas, ciganos, etc., que ficaram sob o manto protetor dos Habsburg.

Entretanto, exatamente pelo fato de que aí não existiam a força e a pujança de uma mente política como a de Bismarck, devia o poder imperial tratar de modo diferenciado essa sociedade profundamente diversificada que era o império austro-húngaro. Ao contrário da Alemanha, onde toda a nação unificada era alemã e podia assimilar os ideais de grandeza e de vontade férrea propostos por Bismarck e seu espírito prussiano, na Áustria o espírito sofisticado e refinado da cultura alemã dos Habsburg não podia aspirar a dominar e a converter essas nações e povos aos seus desígnios. Devia conviver com eles e tentar estabelecer uma política para não fraturar a frágil unidade nacional do império. Daí, uma relativa e tímida política de respeito às nacionalidades, buscando tratar os povos e nações englobados no império como parte de uma espécie de confederação de nacionalidades e não como um Estado nacional unificado a exemplo do alemão. Mas havia ainda uma outra característica: a pequena Áustria era uma nação que fora separada das demais nações alemãs, ou melhor dizendo, estava separada da grande nação alemã englobada no II Reich guilhermino-bismarckiano. E esse fato teria, como se sabe, enormes conseqüências em todo o decorrer do período histórico que estamos analisando.

Dessa forma, ao contrário do que acontecia no interior do pensamento marxista da social-democracia alemã, no qual a questão das nacionalidades, em termos de questão política interna, praticamente não existia, já que todos os povos unificados no Reich eram alemães,<sup>37</sup> o mesmo não se colocava para a social-democracia austríaca, que devia desenvolver e lutar no interior de uma realidade histórico-social e geopolítica profundamente marcada pela diversidade nacional e cultural dos povos agrupados no interior do império austro-húngaro.

Assim, a questão das nacionalidades, enfocada de forma tão original e pio-

neira pela social-democracia austríaca, constituiu um dos traços distintivos da singularidade do austromarxismo. Evidentemente que não podemos aqui fazer uma exaustiva análise a tal respeito. Todavia, devemos salientar que a social-democracia austríaca havia se dedicado praticamente desde o início de sua história a discutir a questão das nacionalidades no interior do império, de forma a poder trabalhar política e operacionalmente como partido político numa realidade tão marcada por contradições em termos de nacionalidades e raças. Assim, em 1899, no Congresso de Brno, a social-democracia austríaca, além de discutir a problemática da autonomia das nacionalidades, aprovou um programa de ação tendo em vista essa diversidade:

No final de setembro de 1899, no Congresso do Partido Social-Democrata Austríaco (*Gesamtpartei*), reunido em Brno [Brünn], adota-se o primeiro programa nacional de um partido social-democrata, e primeiro exemplo de uma solução prática das dificuldades nacionais proposta pelo proletariado, para parafrasear Rosa Luxemburg. Esse programa leva tanto a marca das circunstâncias específicas que reinavam em sua adoção como revela o nível da reflexão e da busca de soluções pelos marxistas num momento crucial do movimento operário. A unidade formal do partido social-democrata austríaco, primeiro partido organizado num Estado multinacional dentro das dimensões de um império, só se havia realizado dez anos antes, no momento em que, com o desenvolvimento da indústria capitalista na Cisleitânia, se exacerbam as tensões nacionais. Consciente da magnitude das dificuldades nacionais, mas concedendo prioridade à unidade conseguida a tão alto preço, Victor Adler, líder histórico do partido, trata de eludir a questão nacional, que considera explosiva. Aceita com reticência o fato de que o partido social-democrata austríaco adote uma estrutura federativa de seis partidos nacionais no Congresso de Viena-Wimberg, em 1897. No mesmo momento, graças a uma tímida reforma eleitoral concedida sob a pressão da luta do partido social-democrata pelo sufrágio universal, os social-democratas, eleitos em grande parte nas circunscrições das nacionalidades, entram no Reichstrat. A tensão nacional, que não deixa de aumentar, culmina com a obstrução dos estatutos lingüísticos, o que torna inevitável uma tomada de posição dos social-democratas sobre a questão nacional, e por conseguinte a adoção de um programa.<sup>38</sup>

Entretanto, a aprovação desse programa não foi assimilada de forma unânime pelos teóricos do austromarxismo, de maneira que, no geral, podemos dizer que se conformaram duas orientações básicas: de uma parte, aquela defendida por Karl Renner, de outra, a defendida por Otto Bauer.<sup>39</sup>

[Renner] pelo fato de ser funcionário [do Estado], se vê privado do direito de militar abertamente e é obrigado a assinar com pseudônimos as obras que publica antes de 1907; seus três estudos anônimos sobre a questão nacional (1897-1898) levam todos os significativos títulos de "reflexões, elaborações, etc., de um patriota", e utiliza os pseudônimos de *Synopticus* para a obra publicada em 1899, *Staat und Nation* (Estado e nação) [...] Rudolph Springer para sua obra *A luta das nacionalidades austríacas pelo Estado* (1902), em que expõe mais amplamente suas teorias sobre uma solução da questão nacional, apresentadas no livro de 1899, e Josef Karner para *A função social do direito* (1904), que integra o primeiro volume da coleção dos *Marx-Studien* publicada pelo grupo que rodeia Max Adler e Rudolf Hilferding e do qual Renner faz parte desde sua criação [...] A partir da crítica do Programa de Brünn, que segundo ele não resolveu a contradição fundamental entre direito histórico e direito nacional, Renner volta à sua

reflexão e a aprofunda [...] Procura então conciliar os princípios de autonomia territorial e pessoal, segundo a qual cada nação deverá dispor "de uma zona unitária contínua de território nacional", as zonas administrativas multinacionais serão "zonas de duplo direito", em que "as corporações nacionais pessoais serão recobertas pelos outros órgãos estatais de legislação e auto-administração". Cada indivíduo poderá adotar a nacionalidade que quiser e exercerá em sua nação seus direitos culturais e nacionais. Efetivamente as instâncias nacionais ficarão encarregadas de administrar os assuntos culturais e de educação [...] Renner atribui ao Estado uma função reguladora. Assim, a democratização deve se traduzir na legislação: seu projeto de solução dos conflitos nacionais supõe a preservação do Estado existente, mas transformado, estruturado de forma supranacional. O Estado teria então diversos estratos administrativos autônomos: unidades culturais autônomas (municípios, distritos, nações), unidades geográfico-econômicas e, finalmente, poder central do Estado. Opõe sua concepção, que qualifica de orgânica, à forma de governo em vigor fundada numa visão "atomista-centralista", na qual cada cidadão depende diretamente, sem mediação, do poder estatal.<sup>40</sup>

De fato, a opção adotada por Renner em toda a sua obra sobre a questão das nacionalidades defende a idéia de que, mesmo numa república socialista, no caso da derrubada do império, o novo poder popular deveria manter a situação que existia no sistema imperial dos Habsburg, ou seja, uma confederação de Estados que, sob o controle do Estado nacional austríaco, regulamentasse as diversidades nacionais e culturais das distintas nações. Todavia, em 1918, com o fim da guerra, caindo o império, ao contrário de se instaurar uma república socialista, implanta-se uma república democrático-burguesa, primeiramente governada por uma coalizão entre a social-democracia e os cristãos-sociais, a questão da autonomia das nacionalidades explode e não se consegue manter a situação de uma federação de nações. O resultado é que o grande território do império austro-húngaro desmembra-se em vários Estados e o antigo império fica reduzido, de fato, à "pequena Áustria", ou seja, ao território original da Áustria alemã.

Porém, se o resultado da derrubada do império foi de tal ordem, mesmo antes, em 1906, já os conflitos entre as nações por sua autonomia explodiam no interior do império. Além do conflito mais sério entre as duas principais nacionalidades do império (húngara e austríaca), havia, por exemplo, o caso da nação checa:

Os intelectuais pertencentes a nacionalidades que, no interior da monarquia, não desfrutavam de autonomia, como os checos, tendiam a manifestar seu nacionalismo lingüístico, ou então se sentiam parte de regiões que ainda devem ser "libertadas" por outro país, ao qual ansiavam por juntar-se (Romênia, Itália). Mesmo quando sofriam a influência do socialismo, o elemento nacional acabava por prevalecer (como no caso dos "socialistas populistas", que deixaram o partido socialista austríaco no final dos anos 90 para formarem um partido essencialmente checo, de caráter pequeno-burguês e radical). Os nacionalistas radicais, por sua vez, embora tivessem consciência dos problemas suscitados pelo marxismo, permaneceram substancialmente imunes à influência dele: um dos mais ilustres intelectuais checos desse período, Thomas Masaryk (1850-1937), adquiriu fama internacional com um estudo sobre a Rússia e uma crítica do marxismo.<sup>41</sup>

Assim, o conflito entre alemães e checos explodiu em 1906 e

motiva a intervenção de Otto Bauer na esfera do nacional, na medida em que até então seus interesses teóricos versavam sobre os problemas da economia política e do materialismo histórico. Inicialmente pensa limitar-se a “um folheto ou a alguns artigos sobre as preocupações nacionais”. Na realidade, seus esforços produzem em seis meses uma volumosa obra de quase seiscentas páginas [...] Com a obra de Bauer, a investigação marxista sobre a questão nacional se separa dos horizontes tradicionais. Sua contribuição, reconhecida por seus opositores e seus críticos mais severos — Kautsky e Lênin — desencadeava um violento debate [...] Em sua resposta à crítica deste [de Kautsky], Bauer destaca o que constitui o fundamento de sua investigação e que não pôde aprofundar: a doutrina das formas sociais, a partir da distinção que Ferdinand Tönnies faz entre comunidade e sociedade, e do fato de que a nação, concebida por Kautsky como uma comunidade de língua, é, segundo esse esquema, uma sociedade. Em um notável e decisivo prefácio redigido em 1924 para a segunda edição de sua obra, Bauer aclara a articulação de sua busca, sua evolução subsequente, ao mesmo tempo que procede a uma análise crítica de seu enfoque metodológico, sem por isto questionar a essência de sua teoria. O conflito nacional entre social-democratas alemães e checos, que Bauer tanto temia, se agrava com uma violência maior quando a anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria coloca em primeiro plano a questão nacional nos Bálcãs. A partir de 1909, como destaca em seu prefácio à edição de 1924, Bauer abandona a crença na possibilidade de uma solução pacífica do conflito nacional na Áustria e questiona a teoria da autonomia cultural pessoal que defende em sua obra. Se bem que não chega a proclamar o direito à autodeterminação nacional, reconhece firmemente o direito do proletariado de cada nação a escolher a própria solução, inclusive dentro da Áustria-Hungria. Torna-se o alvo preferido da esquerda, tanto na Áustria, onde sua teoria da nação é discutida, como por parte de Stálin, que desfigura suas posições.<sup>42</sup>

A obra de Bauer colocava uma série de questões a respeito das nacionalidades e de sua autonomia que, além de suas originais e pioneiras teses, marcavam profundamente o debate interno do pensamento marxista em relação a essa problemática tão delicada e importante para o movimento social-democrata que se desenvolvia em sociedades tão complexas e diferenciadas como aquelas dos grandes impérios multinacionais da época, especialmente o austro-húngaro e o russo.<sup>43</sup>

Mais acima já nos referimos à questão da unificação bismarckiana do império alemão dos Hohenzollern. Vimos que tal unificação se deu de forma a reunir em torno da Prússia vários pequenos Estados, todos eles alemães, isto é, referentes a uma nação de cultura alemã. Da mesma forma, salientamos que no caso do império austro-húngaro dos Habsburg a situação era extremamente diferente, na medida em que as nações colocadas nos contornos da coroa austríaco-alemã dos Habsburg eram de povos de distintas raças e, como tal, de diferentes culturas. E essa era a mesma realidade do império czarista russo no qual, nos contornos do imenso território sob o tãco da cultura grã-russa dos Romanov, estavam subjugados povos e nações de distintas culturas e diversos estágios de desenvolvimento.

Dessa maneira, era de esperar que as social-democracias inseridas em cada uma dessas sociedades tivessem distintas visões da questão e travassem polêmicas a respeito da melhor modo de enfocá-la. É claro que os interlocutores partiam dos

textos "clássicos" deixados pelos fundadores e que diziam respeito à questão das nacionalidades e das nações. Entretanto, não se pode esquecer que a realidade histórica enfocada por Marx e Engels referia-se a um momento que se relacionava com situações que já estavam ultrapassadas em função das novas configurações assumidas pelas nações em decorrência das grandes transformações advindas da realização e da consolidação das revoluções burguesas pós-1848. Dizendo em outros termos, as grandes intervenções de Marx e Engels a respeito da questão das nacionalidades e sua autonomia haviam sido feitas no momento em que as diferentes burguesias lutavam por conseguir autonomia nacional e para consolidar os contornos de seus Estados nacionais e marcavam os estertores de uma época que fora caracterizada pela vitória da Santa Aliança e pelo *diktat* do Congresso de Viena de 1815.

Todavia, nessas discussões mais modernas, como não podia deixar de ser, o avanço e o aprofundamento teórico da questão deviam ser elaborados pela social-democracia alemã, a mais avançada e consolidada da época e, inevitavelmente, os textos representativos e pertinentes deveriam sair da pena de seu teórico mais reconhecido e respeitado: Karl Kautsky. Dessa maneira, nos anos finais do século XIX, seria da lavra de Kautsky e de outros pensadores da social-democracia alemã que apareceriam as primeiras elaborações que serviriam de base para que a social-democracia "mundial" se posicionasse a respeito da questão das nacionalidades e de sua autonomia.

Porém, antes de falarmos de Kautsky e de outros que teorizaram em torno da questão, devemos salientar que a problemática da autonomia nacional aparecia agora relacionada com outro fenômeno que estava diretamente vinculado ao estágio histórico do desenvolvimento capitalista da época: a questão colonial.

De fato, começavam a surgir as primeiras manifestações que indicavam a necessidade de que as nações capitalistas mais avançadas da Europa estabelecessem políticas de conquista de outros países para que pudessem ampliar as condições de funcionamento de seus mercados internos. Evidentemente que aqui não podemos dedicar a esse problema maiores e aprofundados estudos. O que podemos é, esquematicamente, salientar que no interior do pensamento da social-democracia surgiram duas posturas básicas que procuravam definir a melhor maneira como a social-democracia deveria se comportar diante do novo fenômeno. Assim, havia uma posição que advogava a tese de que a expansão colonial deveria ser aprovada pela social-democracia na medida em que a conquista de uma nação mais atrasada, ainda em estágio pré-capitalista, levava ao estabelecimento de relações mais avançadas, capitalistas, em seu interior e, como tal, promovia seu desenvolvimento, já que a imposição de relações capitalistas de troca provocava a ruptura das relações pré-capitalistas vigentes nessas sociedades. Assim, de certa forma, a política colonial seria benéfica para os povos e nações colonizados.<sup>44</sup> Em contrapartida, havia uma outra posição, que embora não se colocasse totalmente contrária a tais teses, reconhecendo que as relações de dominação colonial levavam, de fato, à ruptura com as relações pré-capitalistas, entretanto, pregava que o estabelecimento das relações entre nações colonizadoras e nações colonizadas não podia se dar com a dominação política, militar e econômica da nação colonizada, mas com o estabelecimento de formas democráticas e civilizadas de relações internacionais de uma nação com a outra.<sup>45</sup> Nesse sentido, a nação colonizadora deveria respeitar as especificidades culturais, lingüísticas, antropológicas, etc. das nações dominadas.<sup>46</sup>

Dessa forma, em meio a tal situação, surgiram os textos de Kautsky. Embora suas teses sobre o tema já estivessem delineadas nos ensaios até aqui citados, especialmente em “Socialismo e política colonial. Uma exposição polêmica”, que é de 1907, quando o debate já estava bem avançado no interior da social-democracia, é preciso salientar que suas fundamentações mais consistentes a respeito do problema nacional podem ser encontradas em dois textos que são emblemáticos para identificar suas posições: o primeiro, “A nacionalidade moderna”, é de 1887.<sup>47</sup> Aqui Kautsky “apresenta ainda de forma esquemática e rudimentar as teses sobre a teoria das nações que aprofundará e desenvolverá em seus escritos posteriores, de 1908 a 1917”;<sup>48</sup> o segundo, “Nacionalidade e internacionalidade”, um largo ensaio publicado em 1908,<sup>49</sup> em que apresenta “como garantia de sua ‘ortodoxia marxista’ uma ampla crítica da obra de Otto Bauer, *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, que na realidade não é senão uma defesa e um aprofundamento de suas posições tradicionais, às quais volta em 1917 numa polêmica contra os social-democratas alemães majoritários”.<sup>50</sup> Tomando como base a nota editorial até aqui citada, pode-se, resumidamente, caracterizar as teses de Kautsky e, ao mesmo tempo, avaliar a importância e a influência de suas posições:

Em seus primeiros trabalhos está presente a problemática nacional; é um dos temas de reflexão de sua correspondência com Engels, com o qual tinha então muita intimidade. Seu horizonte se alarga quando confronta suas reflexões com a questão irlandesa durante uma estada em Londres em 1887. É então que enuncia sua teoria da gênese, da formação e desaparecimento da nação, que se converteu na posição marxista ortodoxa [...] Seu segundo confronto público com a problemática nacional situa-se no debate que precedeu o congresso da II Internacional convocado para Londres em 1896. Aí arbitra o conflito entre o PPS e Rosa Luxemburg, e se nega tanto a considerar a independência da Polônia como uma reivindicação prioritária do movimento operário internacional, quanto a rejeitá-la como superada [...] Dois anos depois, quando a social-democracia austríaca se vê diante da necessidade urgente de adotar um programa nacional, é Kautsky quem inicia os debates na *Die Neue Zeit* e propõe uma solução que prefigura a que o partido social-democrata austríaco viria a adotar em seu Congresso de Brno, de 1899: “federalismo das nacionalidades, supressão das fronteiras nacionais tradicionais, reestruturação da Áustria a partir das fronteiras lingüísticas” [...] É também a Kautsky que se dirige a jovem social-democracia russa, para a qual o problema nacional está intimamente ligado a uma das mais importantes divergências: a da organização. A solução que propõe é consequência, segundo ele, da índole da revolução russa, que, quanto mais proletária, mais democrática será, e, nesse caso, conviria às nações que lutam por sua independência contra uma Rússia autocrática associarem-se num movimento democrático que lhes garantirá a igualdade nacional num “Estado federativo de nacionalidades”, os “Estados Unidos da Rússia”, baseados na autonomia territorial. Efetivamente Kautsky considera que a independência dos territórios povoados por um mosaico de nacionalidades não é uma solução para o problema nacional, nem na Rússia (no Cáucaso), nem na Áustria, nem nos Bálcãs. Para esta região “não-desenvolvida” do Sudeste europeu preconiza, além do mais, em 1908 — definindo as “tarefas nacionais dos socialistas entre os eslavos dos Bálcãs” —, uma Federação Balcânica Democrática, livre ao mesmo tempo dos interesses dinásticos e do domínio das potências estrangeiras, a fim de assegurar as condições para o desenvolvimento da luta da classe proletária.<sup>51</sup>



Verifica-se que as teses de Kautsky a respeito das nações e de sua autonomia tornaram-se a base de todos os programas da social-democracia mundial em relação ao problema. Se, em 1899, influíram para que a social-democracia austríaca adotasse, no Programa de Brno, a postura de defender uma confederação de Estados para conformar a sociedade que emergiria de uma possível república socialista austríaca, da mesma forma influiriam para que a social-democracia russa optasse pela mesma postura, chegando até Lênin que, como veremos, defenderia uma tese semelhante, mas bastante modificada, em relação ao direito das nacionalidades à autonomia. O que poderia ficar de fora da influência das teses kautskianas seria, na verdade, somente a posição defendida por Rosa Luxemburg.<sup>52</sup>

Assim, é preciso salientar que essas fundamentações de Kautsky, apesar de terem servido de base para que o pensamento social-democrata mundial se questionasse a respeito da questão das nacionalidades e de sua autonomia, não foram, de fato, aceitas sem correções e observações de aspectos específicos e singulares de cada caso. Dessa maneira, o desenvolvimento dos debates e polêmicas que se deram mostraria que não eram tão tranqüilas as posições defendidas por Kautsky e que deviam elas ser criticadas e reavaliadas em decorrência do desenvolvimento do capitalismo que se realizava inexoravelmente em todos os países envolvidos na questão. Como tal, o movimento social-democrata nacional não poderia deixar de levar em conta tais particularidades históricas.

Pelo fato de que o tema se refira a uma questão de alta importância para o pensamento austromarxista, em particular, e para o pensamento marxista, em geral, procurarei delinear, de forma breve e esquemática, o sentido tomado por essas polêmicas em função das reavaliações das teses básicas de Kautsky, propostas por diferentes estudiosos marxistas. Podemos dizer que exatamente pela razão de que era uma questão que dizia respeito à problemática existente nos dois grandes impérios multinacionais — o russo e o austro-húngaro —, foi aí que o assunto foi levado em consideração e que surgiram as mudanças mais sintomáticas que apontavam um caminho substancialmente diferenciado do sugerido pelas posições kautskianas.

No império russo, a social-democracia desenvolveria duas posições que poderíamos dizer divergentes, senão antagônicas, quanto à matéria. De um lado, apareceria uma posição extremamente inovadora e original, que se distinguiu totalmente da outra, defendida pelos bolcheviques liderados por Lênin, e que se afastava em muito das posturas aceitas como sendo “oficiais”, ou seja, das posições defendidas por Kautsky: essa tendência seria fixada pela posição de Rosa Luxemburg e de um pequeno grupo de revolucionários poloneses e lituanos organizado em uma facção política social-democrata oponente ao então considerado partido “oficial” da social-democracia polonesa, o PPS, Partido Socialista Polonês.

Fundamentalmente, as teses de Rosa Luxemburg não adotavam a luta pela autonomia das nacionalidades e muito menos consideravam que a social-democracia devia se empenhar por ela. Afirmavam que a luta pela emancipação nacional era uma palavra de ordem da burguesia e que o proletariado deveria lutar pelo internacionalismo proletário. A vitória do proletariado a nível mundial implicaria o desaparecimento das nações, já que, sendo o proletariado internacionalista, não existiriam necessidades de uma delimitação fronteiriça entre as nações proletárias.

Tais teses de Rosa Luxemburg acabariam por se chocar com as de Lênin.

Daí, sua oposição a elas, já que via a unidade do movimento social-democrata russo como uma das exigências para a vitória na luta pela derrubada da monarquia czarista e como forma de não esfalçar o poder de uma futura Rússia socialista, como país, diante das potências capitalistas européias. Seus textos de anos mais tarde, criticando as posições de Rosa Luxemburg — que eram desconhecidas da grande maioria dos social-democratas exatamente pelo fato de terem sido publicadas numa pequena e inédita revista da social-democracia polonesa e lituana — eram tão fortemente negativos em relação às da revolucionária polonesa que manifestavam posturas totalmente antagônicas.<sup>53</sup>

No caso russo, além da diversidade de nações e povos, com línguas, costumes e estágios de desenvolvimento econômico dos mais diferentes — desde sociedades quase que tribais, de regiões praticamente primitivas, mescladas com outras já a nível de pré-capitalismo e outras mais industrializadas e com relações de produção capitalistas —, a agregação dessas nações e povos, de regiões tão díspares, ao império czarista se dera de forma muito diversa, algumas em épocas muito antigas, de maneira quase sempre violenta, de dominação total, enfim, com o “chauvinismo grão-russo” exercendo um papel fundamental na dominação. Desse modo, a tentativa de algumas forças políticas russas (mencheviques e outras) de se apoiarem na experiência da social-democracia austríaca para fundamentar sua política para as nacionalidades não podia deixar de ser incorreta para Lênin. Assim, os bolcheviques, ao contrário, julgavam que a opção da social-democracia austríaca não se aplicava à situação russa, pelos motivos que acima menciono sobre a disparidade na situação econômico-social e cultural desses povos e nações agrupadas no território do império czarista.

Mas havia tendências dentro do Partido Operário Social-Democrata da Rússia que advogavam a adoção das teses da social-democracia austríaca por parte. Para combatê-las, Lênin enviou a Viena um dirigente bolchevique que havia se interessado pelo problema no interior da Rússia czarista (que era desconhecido para a grande maioria dos militantes no exterior e também dos dirigentes da social-democracia mundial) para analisar e estudar *in loco* a experiência da social-democracia austríaca: J. V. Stálin.

Em Viena, com a ajuda de Bukhárin, já que não lia e nem falava alemão, fez suas pesquisas e estudos sobre o problema e, ao voltar à Rússia, divulgou um ensaio que ficaria célebre: *O marxismo e o problema nacional*.<sup>54</sup> A história da elaboração desse texto merece algumas considerações. Primeiramente, há insinuações a respeito do fato de que, ao não falar e nem ler alemão, Stálin teria recebido muito mais do que a ajuda de Bukhárin, que teria mesmo redigido o esboço de seu ensaio. Era, por exemplo, o que afirmava Trotsky.<sup>55</sup> Mas, como se pode perceber, é uma afirmação posterior, depois das lutas e das dissidências com Stálin. O que sem dúvida pode ser tomado como sendo uma assertiva maldosa; aliás, própria de Trotsky, dono de um ironia acentuada e de muito pouco equilíbrio em julgamentos sobre valores pessoais, seja para o bem ou para o mal. Se lermos as frases que Trotsky escreveu para emitir tais juízos podemos ver que a minha impressão é pertinente. Assim, ele diz:

Mas ali estava Bukhárin, que era sem nenhuma dúvida uma cabeça teórica, conhecia a literatura importante para o tema e sabia trabalhar os documentos correspondentes. Bukhárin e Troianovski receberam de Lênin o encargo de [...] dar uma mão ao georgiano

[...] A estrutura lógica do artigo, não carente de pedantices, faz pensar em [...] Bukhárin, que tinha certa tendência para o estilo professoral [...]<sup>56</sup>

Como se vê, além da insinuação sobre Stálin, Trotsky não deixa, depois de algumas palavras elogiosas, de alfinetar o estilo de Bukhárin (o que é, neste caso, relativamente correto). Mas o certo é que a informação acabou passando e para muitos ficou sendo assim: Stálin teria recebido mais do que uma “mão” de Bukhárin para elaborar o seu ensaio que ficou célebre. Mas é uma controvérsia que não foi resolvida.<sup>57</sup> A trajetória histórica, política e pessoal de Stálin fez com que todos os que foram por ele atingidos, de uma forma ou de outra, como, posteriormente, os que se colocaram criticamente quanto à sua história de dirigente e revolucionário passassem a olhar sempre a sua produção teórica geralmente como sendo desprezível, cujo único destino merecido deve ser a lata de lixo da história. Pessoalmente coloco-me entre os que têm uma visão muito crítica a seu respeito, mas procuro ver suas obras escritas com um olhar ao máximo possível isento das valorizações próprias de minha postura de crítico. Por isto, estou de acordo com A. G. Löwy quando afirma que esse é um texto (não sei se o “único”) de valor e que teve um papel muito importante para o desenvolvimento da teoria marxista sobre as nacionalidades, especialmente para o marxismo soviético. O que, depois, Stálin, como secretário-geral e dirigente supremo da União Soviética fez “aplicando” essa política é outra coisa e nada tem a ver teoricamente com seu texto e muito menos com as obras de Lênin sobre o mesmo tema, que, basicamente, têm uma postura teórica semelhante à do ensaio de Stálin.

Por outra parte, é bom que se diga que Lênin confiava no “georgiano” e acatou o seu trabalho, tomando-o como sendo representativo do pensamento bolchevique sobre o tema. Assim, o trabalho se transformou, mesmo antes da “sacralização” de Stálin, num texto de referência para os bolcheviques.<sup>58</sup>

Mas é preciso, ainda, voltar um pouco a essa problemática. Alguns desses “jovens” revolucionários que receberam o “georgiano” em Viena, citados por Trotsky (Bukhárin e Troianovski), haviam começado a se inteirar de outras análises marxistas sobre a situação das nacionalidades e a questão nacional. Bukhárin começou a se preocupar com seus estudos sobre o imperialismo e o Estado e deparou-se com os estudos de Rosa Luxemburg. Quando foi obrigado a deixar Viena e ir para a Suíça, formando ali com os outros jovens o “grupo de Baugy”,<sup>59</sup> acabou por se chocar com as posições de Lênin quanto ao enfoque da questão nacional e do imperialismo, na medida em que, junto com Piatakov, divulgou suas elaborações sobre o tema e se colocou contra Lênin nesse assunto em várias ocasiões, em especial na Conferência de Berna, em 1915, divergência que durou mais algum tempo. Dessa forma, nas “teses” que apresentaram na Conferência de Berna, se dizia:

Em conseqüência, se conclui que em nenhum caso e sob nenhuma circunstância apoiaremos o governo de uma grande potência que sufoque a sublevação e revolta da nação oprimida. Tampouco mobilizaremos as forças proletárias sob a palavra de ordem do “direito das nações à autodeterminação”. Nesse caso, nossa tarefa é mobilizar as forças do proletariado de ambas as nações — de acordo com outros — sob a palavra de ordem de guerra civil, de classes, pelo socialismo e fazer propanganda contra a mobilização de forças sob a palavra de ordem do “direito das nações à autodeterminação”.<sup>60</sup>

Contudo, se essas divergências se davam já ao tempo da Primeira Guerra Mundial, o que de fundamental deve ser destacado é que nesse caso havia em jogo outra posição quanto à teoria da autonomia das nacionalidades e o socialismo: a de Rosa Luxemburg. Como mencionei, suas principais teses e teorizações a esse respeito foram feitas numa série de artigos que escreveu para uma revista da social-democracia polonesa e lituana que pertencia à sua facção (em divergência com a direção central da social-democracia polonesa, o PPS), sob o título geral de *A questão nacional e a autonomia*.<sup>61</sup> Mas o que Rosa Luxemburg defendia nesses textos sobre o assunto diferia muito daquilo que Lênin advogava para a social-democracia russa. Tratava-se de uma posição extremamente original e que rompia com praticamente toda a tradição marxista sobre a autonomia das nações, desde os fundadores, passando pelos epígonos mais imediatos, como Mehring e o velho Liebknecht, por Kautsky e pelos austromarxistas. Desse modo, como afirma Nettl, Rosa Luxemburg propunha diferenciar os conceitos de nacional e internacionalismo, submetendo o primeiro ao segundo, e criticava Lênin por igualar os mesmos. Em outras palavras, o internacionalismo proletário não estava subordinado à realização da autonomia nacional, mas sim ao contrário. Uma sociedade proletária não seria nacional para ser internacional, mas internacional para ser nacional.<sup>62</sup>

E essas diferenças de enfoque provocaram contradições muito fortes em relação à situação da Rússia e da Polônia, por exemplo, uma das nações submetidas ao império russo czarista. Assim, para Lênin, a luta pela autonomia nacional da Polônia, que era uma luta inclusive de segmentos nobres e burgueses poloneses, devia ser também uma luta da social-democracia polonesa, pois a autonomia da Polônia fortaleceria a Rússia e a social-democracia russa. E, assim, para todas as demais nações no interior do império russo. Mas as social-democracias das demais nações não podiam ou não deviam se isolar, deviam continuar a pertencer à social-democracia russa em geral, pois tão logo houvesse a revolução, haveria, via internacionalismo, uma federação de repúblicas russas e não-russas, dentro do território que seria potencialmente o mesmo território do império (a futura união das repúblicas socialistas).

Já na teoria de Rosa Luxemburg, isso não se colocava para a Polônia. Ela dizia que a reivindicação de autonomia nacional era da nobreza e da burguesia. O proletariado polonês necessariamente não tinha que adotar tal palavra de ordem. Aliás, ela citava que o desenvolvimento capitalista da Polônia estava se dando exatamente pelo fato de sua economia se relacionar — como economia pertencente ao império russo — com uma economia mais desenvolvida, a russa, e que isso trazia as relações capitalistas para a Polônia. Essas teses foram consideradas um escândalo por certos setores da social-democracia. E afirmava Rosa Luxemburg ainda mais: o proletariado polonês, pelo fato de pertencer à social-democracia russa, não deveria obrigatoriamente ter políticas voltadas para os interesses da social-democracia russa. Essa existência de políticas diversificadas não levaria ao rompimento entre as social-democracias russa e polonesa, mas também não provocaria a subordinação simples e direta ao movimento russo.

Aqui, já seria interessante fazer algumas considerações em torno do que separava Lênin de Rosa Luxemburg, o que o diferenciava dos austromarxistas e, finalmente, o que distinguia Rosa Luxemburg em relação a estes últimos.

Começemos com Rosa Luxemburg. Sua posição, que foi de fato sistematiza-

da na série de artigos acima mencionada sobre a questão nacional e a autonomia (publicada em 1908-1909), decorria de razões históricas e econômicas que já apontara antes, podendo-se mesmo dizer que estavam *in nuce* em seu primeiro trabalho teórico mais consistente, que é sua tese de doutoramento, *Die Industrielle Entwicklung Polens* (O desenvolvimento industrial da Polônia), de 1893. Como se sabe, asilada na Suíça, desenvolveu aí seus estudos universitários, acabando por realizar esse trabalho sobre a industrialização da Polônia sob a orientação de Julius Wolf.<sup>63</sup>

A autora se propõe a demonstrar que a indústria do reino da Polônia havia surgido e desenvolvido rapidamente, em grande parte graças ao papel protecionista do Estado ocupante, à política aduaneira e tarifária. O ocupante procurava desta forma unificar os interesses das classes possuidoras do reino com o imperialismo russo [...] Rosa Luxemburg não centra sua análise no capitalismo em geral, mas no desenvolvimento da indústria capitalista e, sobretudo, na grande e média indústria [...] Para não ter que voltar ao problema das conclusões a que Rosa Luxemburg chega com a análise econômica, diremos que suas principais teses acerca da problemática nacional se apóiam, segundo nossa opinião, em uma base econômica demasiado restrita. A autora tem a tendência a aplicar a toda a burguesia polonesa, incluindo a média e a pequena burguesia, a tese da convergência em princípio dos interesses econômicos e políticos da grande burguesia polonesa com os interesses das classes possuidoras russas.<sup>64</sup>

Dessa forma, ao analisar o desenvolvimento industrial da Polônia até o final do século passado, Rosa Luxemburg havia concluído que se dera pelo fato de que a dominação russa facilitara, por sua política protecionista e de intenso comércio com a indústria polonesa, o surgimento de condições favoráveis à industrialização polonesa. De outra parte, como vimos, partindo dessa tese, Rosa Luxemburg se colocaria em oposição à tese de que a luta pela autonomia da Polônia, defendida por setores nobres e burgueses, apoiada pelo Partido Socialista Polonês, PPS, fosse uma reivindicação que deveria se colocar como sendo do proletariado polonês.<sup>65</sup> Aliás, para ela, diferentemente da época de Marx e Engels, agora as lutas pela autonomia nacional defendida pelas classes dominantes dos países europeus não eram mais lutas de todo o "povo oprimido", mas apenas lutas que refletiam interesses das classes dominantes burguesas (em alguns casos, como na Polônia, também da nobreza). Daí, que a luta do proletariado seria pelo socialismo e pelo internacionalismo.

As divergências de Lênin em relação a essas teses já foram apontadas. Da mesma maneira, também vimos como a partir das pesquisas de Stálin em relação ao problema junto aos austromarxistas, com total apoio de Lênin, geraram-se na social-democracia russa as teorias que acabariam por consolidar a "linha oficial" do grupo bolchevique e, depois, do Partido Comunista (b). Resta-nos, pois, verificarmos as controversas relações que essas teses leninianas e luxemburguianas mantêm em relação às teorias das nacionalidades do austromarxismo, especialmente com referência à diferenciação das posições de Renner e Bauer, como acima já se falou.

Para caracterizar tal diferenciação podemos tomar as indicações de um analista mais recente, que afirma:

Enquanto que em Karl Renner a nação é vista como sujeito jurídico e momento de uma união pluralista que dá lugar à unidade do Estado, em Bauer é concebida como

“comunidade de destino”, como um complexo de elementos históricos culturais em transformação que não pode portanto estabelecer uma linha de continuidade com o Estado, do mesmo modo que a vontade coletiva não pode ser identificada com a vontade abstrata do Estado. Esta concepção de Bauer o leva a reintroduzir os fenômenos nacionais nos problemas complexos das lutas de classes que se dão no curso do desenvolvimento de uma formação social. Daí, deriva sua teoria do ódio nacional como um ódio de classe transformado e sua análise do “despertar das nações sem história”. Contudo, sua oposição ao organicismo renneriano não o leva, como muitos de seus contraditores pensaram, a considerar a nação como uma categoria “natural”. Ao contrário, se poderia acusá-lo — como fizeram Lênin e Stálin — de uma redução da nação a um fato meramente “cultural”. Outro aspecto que distancia Bauer de Renner é a relação que estabelece entre a época do capitalismo maduro, dos cartéis, dos trustes, dos grandes bancos, ou seja, do imperialismo, e o princípio de nacionalidade, que “traído pela burguesia, se transforma numa posse segura da classe operária”. É essa posição de Bauer que, segundo Lênin, o torna defensável diante das críticas de Rosa Luxemburg. Pelo que então pode-se afirmar que além das deformações psicologistas contra as quais Lênin polemizou em seu artigo “Sobre o direito das nações à autodeterminação”, a análise de Bauer já expressava antes da guerra a exigência de redefinir em termos antieconomicistas o caráter da luta de classes na época do imperialismo. Daí, ainda que sua proposta de uma federação de nações autônomas no interior do Estado austríaco parecesse semelhante à de Renner, na realidade há o fato de que Bauer concebesse essa proposta simplesmente como uma solução provisória e não como um “modelo” impermeável à luta de classes, e isso os distanciava.<sup>66</sup>

Na verdade, o cuidado e a preocupação com a questão nacional não salvaram a social-democracia austríaca de ver o império desmembrado tão logo terminou a guerra e implantou-se a república. Como mostrei, o grande território imperial dos Habsburg ficou reduzido à pequena Áustria, e o país perdeu, de uma parte, o seu grande celeiro agrícola, que era a Hungria, e de outra, a base industrial avançada, que era a Checoslováquia. Fato que teria imensa importância para levar ao fracasso a experiência republicana de coalizão entre a social-democracia e os social-cristãos, provocando, mais tarde, inexoravelmente, a derrota das forças democráticas e o domínio das forças conservadoras e clericais lideradas por Dolfuss, cujo governo ditatorial abria as portas para a assunção das forças nazistas que prepararam o terreno para a anexação à Alemanha, já sob o controle de Hitler.<sup>67</sup> E, aliás, como nos mostra Marramao no “Ensaio introdutório”, foi tal situação que levou à tentativa desesperada e um tanto estapafúrdia de Otto Bauer, que era o ministro de Negócios Estrangeiros do primeiro governo de coalizão republicano, em 1919, a procurar promover a *Anschluss* com a Alemanha. De fato, ao perceber que o enorme território do império ficara reduzido à pequena Áustria, com a perda dos vastos celeiros agrícolas da Hungria e das ricas regiões industriais da Checoslováquia, Otto Bauer intuiu que a Áustria ficara totalmente dependente das nações da *Entente* para sobreviver, já que devia receber alimentos e capitais dessas nações (especialmente da Itália e dos Estados Unidos) e isso a tornava vulnerável às pressões econômicas e políticas que poderiam sufocar o governo social-democrata então no poder em coalizão com os cristãos-sociais, que buscava consolidar uma república democrática objetivando o caminho para o socialismo. Assim, segundo julgou, a união com a Alemanha, formando uma “grande república socialista da Alemanha” (*Grossdeutsche Republik*) poderia fortalecer ambas as nações — a Alemanha, como a Áustria, estava sujeita às sanções impostas pela

*Entente* quando da assinatura do armistício — diante das severas condições a que estavam obrigadas pelos aliados vitoriosos na guerra. Entretanto, como era de esperar, os majoritários do SPD nem quiseram ouvir falar dessa história, e as tentativas de Bauer caíram no vazio. Contudo,

o sugestivo projeto baueriano de uma *Grossdeutsche Republik* socialista revelava (como foi muitas vezes reprovado da parte leninista) uma desconcertante incompreensão e subestimação das diferenças nacionais; tanto que algum tempo depois ele foi obrigado a admitir a indiferença e a hostilidade da classe operária austríaca ao programa de anexação. Entretanto, o fato mesmo de que no futuro — embora passando por vicissitudes terríveis e dramáticas — Bauer se manterá fiel a esta idéia — a ponto de remontar, num artigo escrito um pouco antes de morrer, no último número da sua revista, à involução que o advento do fascismo, o impedimento por parte das potências da *Entente* à *Anschluss* pacífica haviam levado a Alemanha e a Áustria — parece confirmar ulteriormente a nossa hipótese de uma estreita relação de dependência do projeto de anexação com a visão geral dos problemas do movimento operário internacional e do caminho para o socialismo na Europa, que ele vinha elaborando naqueles anos.<sup>68</sup>

Do que até aqui se expôs, podemos tirar algumas interessantes conclusões. Em primeiro lugar, que as teorias sobre as nacionalidades, elaboradas tão original e brilhantemente pelos dois austromarxistas, Karl Renner e Otto Bauer, vivenciando uma situação de extrema complexidade multinacional que lhes era colocada pela realidade do império austro-húngaro, não puderam ser exercitadas numa nova realidade, seja republicana democrática, seja republicana socialista, já que, como se sabe e se viu, a derrota da Áustria na guerra levou ao esfacelamento do império e surgiram diferentes países que aparentemente passaram a configurar geopoliticamente as nações e os povos aí situados.

Aparentemente, pelo fato de que em muitos desses países a conformação geopolítica não representava de fato a realidade nacional ou racial, se quisermos, pois, em muitas dessas regiões, diferentes povos (nações) foram novamente agrupados em contornos geopolíticos (Estados) que refletiam da mesma forma a subjugação de povos a outros povos mais adiantados e poderosos. Em seguida, que tal situação perdurou por longos anos, no período entre as duas guerras, até que, com a vitória contra o nazi-fascismo, esses territórios foram novamente remanejados, surgindo Estados socialistas que aparentemente — de novo — pareciam sugerir que as questões nacionais estariam resolvidas. Mais perto de nós, com a queda dos governos comunistas, essa situação postíça estourou e os conflitos explodiram de forma extremamente violenta, como aqueles que estamos presenciando nos territórios que estavam agrupados na antiga Iugoslávia, na Checoslováquia (separação entre checos e eslovacos), os conflitos entre húngaros e romenos, etc.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Apud Giacomo Marramao, "Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo", em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo 5. O marxismo na época da Terceira Internacional. A revolução de Outubro. O austromarxismo* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985), p. 343.
- <sup>2</sup> *Ibidem*.
- <sup>3</sup> Ver Giacomo Marramao, "Saggio introduttivo", em *Austromarxismo e socialismo di sinistra fra le due guerre* (Milão: La Pietra, 1977), pp. 9-135.
- <sup>4</sup> É interessante salientar o título de certa forma profético — *Entre duas guerras mundiais?* — do livro de Otto Bauer, publicado, como se viu, em 1936.
- <sup>5</sup> Apud Perez Mehrav, "Social-democracia e austromarxismo", em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo 5. O marxismo na época da Terceira Internacional. A revolução de Outubro. O austromarxismo*, cit., p. 276.
- <sup>6</sup> Ver especialmente os capítulos dedicados por Giacomo Marramao, em seu "Ensaio introdutório" para analisar tais tentativas: "8. A Internacional 2 e 1/2 e o debate sobre a frente única: entre bolchevismo e social-democracia" (pp. 58-68) e, também, "14. *Zwischen zwei Weltkriegen?*: a análise do fascismo e a alternativa unitária do 'socialismo integral'" (pp. 105-135).
- <sup>7</sup> Otto Bauer, "Die Gleichgewicht der Klassenkräfte", apud Giacomo Marramao, "Ensaio introdutório", pp. 75-76.
- <sup>8</sup> *Ibid.*, p. 75.
- <sup>9</sup> Sobre a figura de Karl Kautsky e as vicissitudes e glórias de seu marxismo, tornado por muitos anos o marxismo "oficial" da social-democracia mundial, ver a coletânea, Vv. Aa, *Karl Kautsky e o marxismo* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988); ver, também, Massimo L. Salvadori, "Kautsky entre ortodoxia e revisionismo", em Eric J. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo 2. O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982), pp. 299-339.
- <sup>10</sup> Nesse sentido, deve-se destacar o essencial e instigante livro de Giacomo Marramao, *O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990). Na obra, Giacomo Marramao nos apresenta um apanhado a respeito das problemáticas que, levantadas ao tempo do *Bernstein-Debatte*, permaneceram influenciando e marcando o desenvolvimento do pensamento marxista, sobretudo agravadas e agudizadas pelas transformações capitalistas que iam se dando no curso do desenvolvimento do sistema.
- <sup>11</sup> Para ter uma idéia do posicionamento de Kautsky diante do bolchevismo e da Revolução de Outubro, poderia se citar como momento emblemático a sua polémica com Trotsky sobre terrorismo e comunismo e os vários trabalhos que escreveu atacando de forma violenta o bolchevismo. Nesse sentido, ver "Premissas e temas da luta de Karl Kautsky contra o bolchevismo. Desenvolvimento capitalista, democracia e socialismo", em Vv. Aa, *Karl Kautsky e o marxismo*, cit., pp. 157-181; também Paul Mattick, "Karl Kautsky. De Marx a Hitler", *Ibid.*, pp. 13-32.
- <sup>12</sup> Otto Bauer, *Die russische Revolution und das europäische Proletariat* (Viena, 1917), apud Giacomo Marramao, "Ensaio introdutório", cit., p. 33.
- <sup>13</sup> Discurso publicado na *Arbeiter-Zeitung*, 23 de outubro, 1932, apud Giacomo Marramao, "Ensaio introdutório", cit., p. 35.
- <sup>14</sup> No caso específico das posições da social-democracia austríaca e, particularmente, de Otto Bauer e Fritz Adler, ver a análise de Giacomo Marramao ao correr do "Ensaio introdutório" citado.
- <sup>15</sup> Da mesma forma, no texto de Giacomo Marramao — especialmente em dois capítulos: "7. A falência do plano de socialização e a 'Viena vermelha'" (*Ibid.*, pp. 52-58) e "11. O Programa de Linz e as divergências com a teoria hilderfinguiana do 'capitalismo organizado'" (*Ibid.*, pp. 83-91) — pode-se ter uma visão resumida da diferenciação entre as duas tentativas de *Sozialisierung*, a da social-democracia alemã, do SPD, e a austromarxista, do SPDÖ. Ver também Giacomo Marramao, "'Técnica social', Estado e transição entre social-democracia weimariana e austromarxismo", em *O político e as transformações*, cit., pp. 161-220; Erwin Weissel, "A Internacional Socialista e o debate sobre a socialização", em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo 5. O marxismo na época da Terceira Internacional. A Revolução de Outubro. O austromarxismo*, cit., pp. 227-249.
- <sup>16</sup> Dentre a literatura publicada em nosso país só poderiam ser citados três ensaios que falam do austromarxismo: Perez Mehrav, "Social-democracia e austromarxismo", em *História do marxismo 5. O marxismo na época da Terceira Internacional. A Revolução de Outubro. O austromarxismo*, cit., pp. 251-276; Giacomo Marramao, "Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo", *Ibid.*, pp. 277-343; e, finalmente, Giacomo Marramao, "'Técnica social', Estado e transição entre social-democracia weimariana e austromarxismo", em *O político e as transformações. Crítica*



do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta, cit., pp. 161-200.

- <sup>17</sup> Cf. Perez Mehrav, "Social-democracia e austromarxismo", cit., p. 251.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, p. 252.
- <sup>19</sup> Cf. Roberto Racinaro, "Marxismo, Estado y cultura moderna en Max Adler", em Max Adler, *La concepción del Estado en el marxismo. Sobre la diferenciación entre el método sociológico y el jurídico* (Madri / México: Siglo Veintiuno Editores, 1982), pp. 7-76; Leonardo Paggi, "Intelectuales, teoría y partido en el marxismo de la Segunda Internacional. Aspectos y problemas, em Max Adler, *El socialismo y los intelectuales* (Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1980), pp. 7-114.
- <sup>20</sup> Otto Bauer, "Austromarxismus", em *Arbeiter-Zeitung*, nº 3, novembro, 1927, p. 1, apud G. Marramao, "Ensaio introdutório", cit., p. 11-12.
- <sup>21</sup> Cf. Otto Bauer, "Max Adler. Ein Beitrag zur Geschichte des 'Austromarxismus'", em *Der Kampf*, nº IV, 1937, apud Giacomo Marramao, "Ensaio introdutório", cit., p. 10.
- <sup>22</sup> Cf. G. Marramao, "Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo", cit., pp. 288 e ss.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 290.
- <sup>24</sup> Cf. G. Marramao, "Ensaio introdutório", cit., pp. 13-14.
- <sup>25</sup> Cf. Giacomo Marramao, "Entre bolchevismo e social-democracia", cit., pp. 289-290.
- <sup>26</sup> Cf. Leonardo Paggi, "Intelectuales, teoría y partido en el marxismo de la Segunda Internacional", cit., p. 86.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, pp. 28-29. Desnecessário dizer que o ensaio de Leonardo Paggi analisa exaustivamente toda essa problemática, com uma riqueza de dados exemplar.
- <sup>28</sup> *Ibid.*, p. 97.
- <sup>29</sup> Eric J. Hobsbawm, "A cultura européia e o marxismo entre o século XIX e o século XX", em *História do marxismo 2. O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)*, cit., p. 80. Aqui é preciso salientar que a revista *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, a conceituada *Archiv Braun*, era editada e pertencia a Heinrich Braun. Em 1903 Edgard Jaffé, um rico professor de economia, resolveu comprar a revista e convidou Weber e Sombart para com ele dirigirem a revista. Assim, somente a partir de 1904 a revista passou a ter Weber como editor. O que, certamente, explica a mudança na linha editorial (cf. Marianne Weber, *Biografia de Max Weber* (México: Fondo de Cultura Económica, 1995), p. 282.
- <sup>30</sup> Trata-se de "Neuere Schriften von und über Karl Marx", publicado no número XX (1905) da revista (cf. Leonardo Paggi, "Intelectuais, teoria e partido", cit., p. 97).
- <sup>31</sup> *Ibidem.* Esse ensaio de Max Weber encontra-se publicado entre nós com o título "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais", em Gabriel Cohen (Org.), *Max Weber* (São Paulo: Editora Ática, 1979), pp. 79-127. Como nos informa o organizador, em nota de rodapé (p. 79), o trabalho não foi publicado na íntegra, já que "não foi incluída a seção introdutória do ensaio". Todavia, mais recentemente, o ensaio foi publicado na íntegra, em duas oportunidades: cf. "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais e na ciência política", em Max Weber, *Metodologia das ciências sociais, parte I* (São Paulo: Cortez Editora), pp. 107-154; e, também, "A objetividade do conhecimento nas ciências e políticas sociais", em Max Weber, *Sobre a teoria das ciências sociais* (São Paulo: Editora Moraes, 1991), pp. 1-74.
- <sup>32</sup> Cf. G. Marramao, "Entre bolchevismo e social-democracia", cit., pp. 291-292.
- <sup>33</sup> William L. Shirer, *Ascensão e queda do III Reich*, 1º volume (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963), pp. 150-151.
- <sup>34</sup> *Ibid.*, pp. 151-152. Ver, também, Talcott Parsons, "Democracia y estructura social en la Alemania prenatal", em *Ensayos de teoría sociológica* (Buenos Aires: Editorial Paidós, s/d), pp. 92-108; Arthur Mitzman, "Asalto a la hegemonía de los junkers", em *La jaula de hierro. Una interpretación histórica de Max Weber* (Madri: Alianza Editorial, 1969), pp. 77-136. Para uma visão filosófica mais ampla do desenvolvimento histórico-ideológico na Alemanha, ver G. Lukács, *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler* (3ª edição. Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1972), especialmente capítulo "I. Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania" (pp. 29-74).
- <sup>35</sup> Cf. William L. Shirer, *op. cit.*, p. 41. Recentemente, entre nós, têm sido publicados alguns livros analisando exatamente a Viena *fin de siècle*, abordando não somente os aspectos de beleza natural e arquitetônica, mas igualmente a sua vida cultural e artística, que não se resumia à música, como se destaca na citação de Shirer. Assim, poderia se mencionar aspectos relacionados com a literatura, com a poesia, com a filosofia e as ciências e com a psicanálise, já que foi em meio a essa realidade que se forjou e desenvolveu toda a grande obra de Freud.
- <sup>36</sup> É interessante se ver como os próprios austríacos enxergam essa diferenciação da nobreza austríaca; cf., neste sentido, uma obra publicada aqui, escrita por dois imigrantes (pai e filha): Godofredo von Laschan-Solstein & Trude von Laschan-Solstein, *Aspectos da história da Áustria. Através de sua evolução cultural*

- (São Paulo: Editora Anchieta, 1947). Evidentemente, não se trata de uma obra analítica fundada em uma metodologia científica da história, mas apenas descritiva e cronológica, com registros calcados somente em posições superficiais e de tipo simplista, mas que, todavia, fornece uma visão bastante ampla da vida cultural austríaca; especialmente no que se refere aos fatores acima mencionados.
- <sup>37</sup> Aqui é bom destacar que havia uma questão de povos de nacionalidade alemã vivendo em outras nações ou países, que, além do caso da própria Áustria, levaria a uma futura inversão da política sobre as nacionalidades: ou seja, à tentativa de conquistar essas regiões aos outros países e anexá-las à Alemanha.
- <sup>38</sup> Cf. "Programa de Brünn", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, nº 73), p. 181.
- <sup>39</sup> No "Saggio introduttivo", citado, Giacomo Marramao analisa o problema da diferenciação entre as teorias de Renner e Bauer a respeito da questão das nacionalidades levando em conta a problemática concreta surgida com a derrubada do império, a instauração da república e, sobretudo, o problema criado pela fragmentação advinda com o colapso imperial, depois da guerra, formando-se Estados nacionais independentes, reduzindo-se o território da república austríaca ao território da "pequena Áustria". Nesse momento, colocou-se, novamente, a questão da unificação com a Alemanha (*Anschluss*), para a formação de uma *Grossdeutsche Republik* socialista, que Bauer, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros da república austríaca, tentou defender em 1918-1919, em contradição com suas originais teorias da autonomia das nacionalidades (cf. especialmente item "3. A revolução socialista e o problema das nacionalidades", pp. 24-31).
- <sup>40</sup> Cf. "Karl Renner (1879-1950)", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., pp. 141-142.
- <sup>41</sup> Cf. Eric J. Hobsbawm, "A cultura europeia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX", cit., p. 93.
- <sup>42</sup> Cf. "Otto Bauer (1881-1938)", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Segunda parte* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, nº 74, 1978), pp. 169-171.
- <sup>43</sup> Para a obra de Bauer, ver *La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia* (México: Siglo Veintiuno Editores, 1979).
- <sup>44</sup> Ver, por exemplo, Eduard Bernstein, "La socialdemocracia alemana y los disturbios turcos", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., pp. 47-58.
- <sup>45</sup> Ver, por exemplo, K. Kautsky, "Vieja y nueva política colonial", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., pp. 74-107; e, também, "Socialismo y política colonial. Una exposición polémica", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Segunda parte*, cit., pp. 39-120.
- <sup>46</sup> Para um breve mas importante relato da história dessas polêmicas e teorias, ver Leopoldo Mármora, "Introducción", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., pp. 7-44.
- <sup>47</sup> Para esse texto, ver Karl Kautsky, "La nacionalidad moderna", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., pp. 108-139.
- <sup>48</sup> Cf. "Karl Kautsky (1854-1938)", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., p. 71.
- <sup>49</sup> Ver Karl Kautsky, "Nacionalidad y internacionalidad", cit., pp. 121-167.
- <sup>50</sup> Cf. "Karl Kautsky (1854-1938)", cit., p. 72.
- <sup>51</sup> *Ibid.*, pp. 71-72.
- <sup>52</sup> As teses de Rosa Luxemburg foram concretizadas de forma mais sistemática numa série de artigos que escreveu para uma revista que seu grupo editava, *Przegląd Socjaldemokratyczny. Organ Socjaldemokracji Królestwa i Litwy* (Revista Social-Democrata. Órgão da Social-Democracia Polonesa e Lituana), em 1909. Primeiramente, pelo fato de terem sido editados numa revista quase que desconhecida e que tinha circulação reduzidíssima entre o movimento social-democrata; depois, pelo fato de que suas teorias tenham sido "condenadas" por Lênin e colocadas no *Índice* do movimento comunista, os artigos de Rosa Luxemburg ficaram praticamente "inéditos" e muito pouco conhecidos. Em 1979 o texto foi integralmente editado por *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 81, numa tradução direta do polonês. Em 1988, a partir dessa tradução em espanhol, o texto foi editado em nosso país: ver *A questão nacional e a autonomia* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988).
- <sup>53</sup> Para esse ponto, ver Lelio Basso, "Nota introductoria", originalmente publicada em Rosa Luxemburg, *Scritti politici* (Roma: Editori Riuniti, 1974), e, agora, em Rosa Luxemburg, *La cuestión nacional y la autonomía* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, nº 81), pp. 11-22; J. P. Nertl, "Apéndice: La cuestión nacional", em *Rosa Luxemburgo* (México: Ediciones Era, 1974), pp. 587-608.
- <sup>54</sup> O texto foi publicado em 1913 na revista *Prosveschenie*, nº 3-5, com a denominação de "O problema nacional e a social-democracia". Somente em 1914, ao ser editado como folheto, tomou a denominação com que hoje o conhecemos e com a qual passou a ser editado.

- <sup>55</sup> Conforme afirma Stephen Cohen, mas ressaltando que ele mesmo não encontrou qualquer evidência disso em sua pesquisa (ver *Bujárin y la revolución bolchevique* (México: Siglo Veintiuno Editores, 1976), p. 34, nota 75). Já A. G. Löwy, partindo da mesma fonte (o livro *Stálin*, de Trotsky), ao contrário, aceita a assertiva, dizendo: "Como se trata do único texto de toda a obra de Stálin que tem sistemática científica e conclusões próprias, Trotsky disse, provavelmente com razão, que Bukhárin deve tê-lo ajudado a trabalhar com o material" (cf. *El comunismo de Bujárin* (Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973), p. 46).
- <sup>56</sup> *Apud* A. G. Löwy, *ibidem*.
- <sup>57</sup> Bukhárin a essa época estava profundamente influenciado pela posição de Rosa Luxemburg. Ele e Piatakov, juntamente com outros companheiros do "grupo de Baugy", tinham se colocado contra Lênin em termos da questão da autonomia das nacionalidades e as posições que o proletariado deveria assumir, da mesma forma como Rosa Luxemburg.
- <sup>58</sup> A posição de Lênin a esse respeito, expressa em vários trabalhos, aparece consolidada de forma emblemática no seu texto "Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação", publicado originalmente em *Sbórník Sozial-Demokrat*, nº 1, de outubro de 1916. Nesse trabalho, como o próprio título indica, Lênin faz um balanço das diferentes posições sobre o direito das nações à autodeterminação, pelas intervenções de uma parcela de seus mais importantes e melhores teóricos (entre outros, Kautsky, Rosa Luxemburg, Pannekoek, Plekhánov, Martov, Bauer), criticando-as e contrapondo a elas o seu ponto de vista. Uma leitura do ensaio mostrará que as posturas leninianas são muito semelhantes àquelas advogadas por Stálin no seu citado texto de 1913, caracterizando que as reflexões do "georgiano" estavam de acordo com suas posições (ver "Balance de una discusión sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación", em *Obras completas*, vol. XXIII (México: Akal Editor), pp. 441-480).
- <sup>59</sup> Discuto esse ponto com mais detalhe em meu trabalho "A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin", em *A Nova Política Econômica (NEP). Capitalismo de Estado-transição-socialismo* (São Paulo: Global Editora, s/d), pp. 61-104. Uma melhor referência ao problema dessas divergências pode ser encontrada, da mesma forma, nas obras de A. G. Löwy e Stephen Cohen, citadas acima. Para se ver as posições de Lênin contra as teses defendidas pelos membros do "Grupo de Baugy", totalmente "luxemburguianas", propostas nas teses "A palavra de ordem do direito das nações à autodeterminação", redigidas por Bukhárin, Piatakov e Ieugenia Bosch, enviadas à redação da revista *Sbórník Sozial-Demokrat* (evidentemente não publicadas por Lênin), consultar "A nova tendência do 'economicismo imperialista'", em *Obras completas*, vol. XXIV, cit., pp. 9-18. Em seguida, para a resposta específica a I. Piatakov (P. Kievski), que enviara à redação da *Sbórník Sozial-Demokrat* um artigo intitulado "O proletariado e o 'direito das nações à autodeterminação' na época do capital financeiro", Lênin escreveu um artigo, "Resposta a P. Kievski (I. Piatakov)", pensando em publicar os dois na revista (o que não aconteceu); ver *Obras completas*, vol. XXIV, cit., pp. 19-25. Finalmente, logo depois, Lênin escreveu um longo ensaio em que respondia a todas essas colocações dos membros do "Grupo de Baugy", "Uma caricatura do marxismo e o 'economicismo imperialista'" (ver *Obras completas*, vol. XXIV, cit., pp. 27-80). Deve-se salientar o seguinte: as teses do "Grupo de Baugy" e o artigo de Piatakov, enviados a Lênin para serem publicados na revista *Sbórník Sozial-Demokrat*, não o foram: primeiro, pelo fato de que sendo contrários às teses de Lênin, que eram a posição oficial dos bolcheviques sobre o tema; depois, no caso do artigo de Piatakov, por "falta de espaço" na revista, que passou a ser editada muito irregularmente e era preenchida com matérias mais políticas que teóricas. Em decorrência das últimas razões, como se falou, os ensaios de Lênin também não foram publicados na época em que foram escritos. O primeiro, "Novas tendências", só foi editado em 1929, na revista *Bolshevik*, nº 15; o segundo, "Resposta a P. Kievski", em 1929, na revista *Proletárskaia Revólutsia*, nº 7; finalmente, o terceiro, "Uma caricatura do marxismo", somente em 1924, nos números 1 e 2 da revista *Zvezdá*. Todos, como se vê, depois da Revolução Bolchevique de 1917.
- <sup>60</sup> Cf. "Theses and Program of the Bukharin-Piatakov Group", *apud* Leopoldo Mármora, "Introducción", em *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Primera parte*, cit., p. 28.
- <sup>61</sup> Ver Rosa Luxemburg, *A questão nacional e a autonomia* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988).
- <sup>62</sup> Para esse ponto e igualmente para uma idéia geral da teoria de Rosa Luxemburg sobre a autonomia e as nacionalidades (além do seu livro já citado acima, é claro), bem como para um estudo comparativo dessa teoria com a de Lênin, ver J. P. Netti, "Apêndice: a questão nacional", cit.; e, também, de Lelio Basso, "Nota introdutória", cit.
- <sup>63</sup> Renomado economista, Julius Wolf é inclusive citado por Engels como um dos "críticos" de Marx que nada haviam entendido da análise marxiana de *O capital*: "O professor Julius Wolf de Zurich nunca falta quando há a oportunidade de expor-se ao ridículo numa questão difícil" (ver "Prefácio", em Karl Marx, *O capital, Livro 3, volume 4*, cit., p. 17); da mesma maneira, J. P. Netti nos dá conta das dificuldades do professor Wolf com o marxismo: "Wolf teve a sorte — ou a desgraça — de ter em sua classe vários jovens marxistas da Polônia e da Rússia, já impacientes com as teorias liberais então em moda e provavelmente irritados pela constante ênfase acadêmica na necessidade de serem objetivos. Alguns destes jovens pu-

nham-se de acordo em tornar a vida difícil para o professor; faziam perguntas intencionais e Rosa Luxemburg era geralmente a escolhida para pôr em evidência o "atraso" do professor, com sua facilidade para polemizar e por seu amor ao debate" (Ver *Rosa Luxemburgo*, cit., p. 67).

- <sup>64</sup> Cf. Tadeusz Kowalik, *Teoría de la acumulación y del imperialismo en Rosa Luxemburgo* (México: Ediciones Era, 1979), pp. 18-19.
- <sup>65</sup> Mais acima vimos que no Congresso de Londres, da Internacional Socialista, em 1896, Kautsky foi o "árbitro" dessa questão, assumindo uma posição ambígua, ou seja, não apoiou totalmente as teses de Rosa Luxemburg, nem as rejeitou; da mesma forma que o fez em relação às posições do PPS. Data daí a reserva que Rosa Luxemburg manteria em relação a Kautsky, que se agravou fortemente alguns anos mais tarde, depois de 1899, com a eclosão do *Bernstein-Debate*, em virtude da posição tomada por Kautsky em relação às teses de seu amigo Bernstein, da mesma forma cheia de ambigüidades e de pouca disposição à condenação dos pontos de vista "reformistas" de Bernstein. Rosa Luxemburg, como se sabe, assumiu de cara posições extremamente críticas e violentamente condenatórias das teses bernsteinianas, a partir de seus ensaios críticos aos primeiros trabalhos de Bernstein sobre os "Problemas do socialismo" e logo em seguida de violenta oposição ao livro maior de Bernstein, *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, publicado em 1899.
- <sup>66</sup> Ver José Aricó, "Advertência", em Otto Bauer, *La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia*, cit., pp. XIII-XIV.
- <sup>67</sup> Seria conveniente salientar que o chanceler Dolfuss, embora um clerical extremamente reacionário, notável adversário da social-democracia, teve um comportamento exemplar quando das primeiras tentativas nazistas para tomar o poder na Áustria. No momento da invasão da sede do governo foi ferido pelas milícias nazistas sendo colocado num sofá onde esvaiu-se em sangue até morrer, depois de horas de torturas e sofrimentos. Entretanto, anteriormente, seu partido, o majoritário Partido Social-Cristão, ao ter que compor uma maioria no parlamento, preferiu aliar-se às forças reacionárias e pró-nazistas da Áustria contra a social-democracia. Em 1934 a ruptura chegou à luta armada, havendo o esmagamento do proletariado e das milícias operárias nas ruas da "Viena vermelha", do que já falamos acima. A partir daí, os conservadores centristas foram engolidos pelos reacionários pró-nazistas que passaram a advogar a anexação da Áustria à Alemanha, instigando mesmo a invasão hitleriana que, finalmente, transformou o pequeno país num protetorado alemão nazificado, como sabemos.
- <sup>68</sup> Cf. Giacomo Marramao, "Ensaio introdutório", cit., pp. 30 e ss; *passim*.